

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação
Universidade do Porto

Assimetrias de Poder Intergrupar e Percepção de Desvio Intragrupar

Pedro Miguel Bastos Ferreira

2007

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação
Universidade do Porto

Assimetrias de Poder Intergrupar e Percepção de Desvio Intragrupar: Estudo com Turmas do Ensino Básico

Pedro Miguel Bastos Ferreira

Orientador: Prof. Doutor José M. Marques

2007

Dissertação apresentada na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, na área de especialização em Psicologia Social.

RESUMO

Neste trabalho, conjugamos a perspectiva dos grupos agregado *vs.* colecção (Lorenzi-Cioldi, 1998; 2002) com a dinâmica de grupo subjectiva (Marques & Páez, 1994; Marques, Abrams, Páez & Hogg, 2001), para tentar compreender como reagem os grupos com diferente estatuto, ou poder, perante membros normativos e desviantes do endogrupo e do exogrupo. Considerando a assimetria do poder entre grupos dominantes e dominados, prevemos que os membros desviantes dos endogrupos dominados sejam alvo de uma maior derrogação, pois representam uma ameaça mais forte à identidade social.

Para verificarmos esta ideia, efectuámos um estudo experimental com alunos do Ensino Básico ($N = 111$). O plano do estudo é um 2 (Critério: Mérito *vs.* Sorte) x 2 (Grupo-Alvo: Endogrupo *vs.* Exogrupo) x 2 (Estatuto: Dominado *vs.* Dominante) x 2 (Membro-Alvo: Normativo *vs.* Desviante). Critério, Grupo-Alvo e Estatuto são factores inter-sujeitos, e Membro-Alvo é um factor intra-sujeitos. As variáveis dependentes medem a identificação social e a avaliação dos membros normativo e desviante.

Os resultados revelam que os membros normativos são avaliados de forma mais positiva do que os membros desviantes. Os participantes da condição Endogrupo Dominante avaliam o membro normativo do seu grupo mais favoravelmente do que os participantes da condição Endogrupo Dominado. Para além disso, na condição Endogrupo Dominado, o membro desviante do endogrupo é avaliado de forma menos negativa do que o membro desviante do exogrupo, mas o membro normativo do endogrupo é avaliado de forma menos positiva do que o membro normativo do exogrupo. Observámos ainda que, na condição Mérito, quando o estatuto relativo dos grupos é supostamente determinado pelas competências dos seus membros, os participantes avaliam os membros desviantes do endogrupo e do exogrupo de forma igualmente negativa, e os membros normativos do endogrupo e do exogrupo de forma igualmente positiva. No entanto, na condição Sorte, em que o estatuto dos grupos é definido de forma supostamente arbitrária, os participantes avaliam o membro normativo menos positivamente no endogrupo do que no exogrupo e o membro desviante menos negativamente no endogrupo do que do exogrupo. Discutimos os resultados à luz dos modelos dos grupos colecção *vs.* agregado (Lorenzi-Cioldi, 2002) e da dinâmica de grupos subjectiva (Marques, Páez & Abrams, 1998)

ABSTRACT

In this work, we articulate between the perspective of aggregate *vs.* collection groups (Lorenzi-Cioldi, 1998; 2002) and subjective group dynamics (Marques & Páez, 1994; Marques, Abrams, Páez & Hogg, 2001), in an attempt to understand how groups endowed with different statuses or power react towards normative and deviant in-group or out-group members. Considering the existing asymmetry of power between dominant and dominated groups, we expect that deviant members of the dominated in-groups should be more derogated, because they represent a stronger threat to participants' social identity.

To examine this idea, we conducted an experimental study with Basic School pupils ($N = 111$). The design is a 2 (Criterion: Merit *vs.* Chance) x 2 (Target Group: In-group *vs.* Out-group) x 2 (Status: Dominated Group *vs.* Dominant Group) x 2 (Target Member: Normative Member *vs.* Deviant Member). Criterion, Target Group, and Status are between-participants factors, whereas Target Member is a within-participant factor. Dependent measures tapped social identification and evaluations of normative and deviant target members.

The results show that normative members are generally more favourably judged than deviant members. Participants in the Dominant In-group condition judged their group's normative member more favourably than participants in the Dominated In-group condition. Moreover, in the Dominated In-group condition, the deviant in-group target is less negatively judged than the deviant out-group target, but the normative in-group target is judged less favourably than the normative out-group target. We found, in addition, that in the Merit condition, when the relative status of the groups is supposedly defined in terms of their members' competence, participants evaluate deviant in-group and out-group members equally negatively, and normative in-group and out-group members equally positively. However, in the Chance condition, in which the groups' status is defined in a supposedly arbitrary manner, participants evaluate the normative target less favourably in the in-group than in the out-group, and the deviant target more favourably in the in-group than in the out-group. We discuss these results in light of the collection-aggregate (e.g. Lorenzi-Cioldi, 2002) and subjective group dynamics (e.g. Marques, Páez & Abrams, 1998) models.

RESUME

Dans ce travail, nous articulons la perspective des groupes agrégat *vs.* collection (Lorenzi-Cioldi, 1998; 2002) avec le modèle de la dynamique de groupes subjective (Marques & Páez, 1994; Marques, Abrams, Páez & Hogg, 2001), pour essayer de comprendre comment *r*+réagissent les membres de groupes ayant des différents statuts ou pouvoir à l'égard de membres normatifs ou déviants de l'endogroupe et de l'exogroupe. En tenant compte de l'asymétrie de pouvoir entre groupes dominants et domines, nous espérons que les membres déviants de l'endogroupe dominé sera plus fortement dévalorisé, parce qu'ils représentent une plus forte menace à l'identité sociale.

Pour analyser cette idée, nous avons conduit une étude expérimentale auprès d'élèves de l'enseignement primaire ($N = 111$). Le plan de l'étude est un 2 (Critère: Mérite *vs.* Chance) x 2 (Groupe-Cible: Endogroupe *vs.* Exogroupe) x 2 (Statut: Dominé *vs.* Dominant) x 2 (Membre-Cible: Normatif *vs.* Déviant). Critère, Group-Cible et Statut sont des facteurs entre sujets, et Membre-Cible est un facteur intra-sujet. Les variables dépendantes mesurent l'identification sociale et l'évaluation des membres normatif et déviant.

Les résultats montrent que les membres normatifs sont évalués de façon plus positive que les membres déviants. Les participants de la condition Endogroupe Dominant évaluent le membre normatif de leur groupe de façon plus favorable que les participants de la condition Endogroupe Dominé. En plus, dans la condition Endogroupe Domine, le membre déviant de l'endogroupe est évalué de façon moins négative que le membre déviant de l'exogroupe, alors que le membre normatif de l'endogroupe est évalué moins positivement que le membre normatif de l'exogroupe. Nous avons encore observe que, dans la condition Mérite, lorsque le statut relatif des groupes et supposément déterminé par les compétences de leurs membres, les participants évaluent les membres déviants des deux groupes de façon également négative et leurs membres normatifs de façon également positive. Cependant, dans la condition Chance, dans laquelle le statut est défini de façon supposément arbitraire, les participants évaluent le membre normatif de façon moins favorable dans l'endogroupe que dans l'exogroupe et le membre déviant de façon plus favorable dans l'endogroupe que dans l'exogroupe. Nous discutons ces résultats à la lumière des modèles des groupes collection-agrégat (par ex., Lorenzi-Cioldi, 2002) et de la dynamique de groupes subjective (par ex., (Marques, Paez & Abrams, 1998).

*Da alma e sentimento,
Dedico do coração
A minha esposa, por cada momento,
Ao meu filho, pela inspiração.*

*Nossa vida não pára
E tenho a sorte rara
Do sonho feito realidade:
Ter tudo o que se pode querer,
Para uma vida viver,
Plena de amor e verdade.*

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Doutor José Marques, pelo exemplo modelar de conhecimento, trabalho e dedicação, adequando exigência, orientação e disponibilidade, de forma assertiva e promotora de crescimento.

Aos docentes do Curso de Mestrado, pela paixão contagiante à Psicologia Social que irradia nas suas aulas, fruto da doura experiência profissional.

Aos colegas de curso, pela partilha de saberes e de desabafos inerentes a um percurso académico trabalhoso e profícuo.

Ao Mestre José Manuel Esteves que, na presidência do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas de Baguim, gentilmente acedeu ao pedido de autorização para realização do estudo empírico, em total colaboração com o Serviço de Psicologia e Orientação da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Frei Manuel de Santa Inês.

À Professora Diana Felizardo, pelo apoio contínuo e motivante, aos Directores das Turmas, pela colaboração no agendamento das proveitosas sessões, aos Auxiliares de Acção Educativa da Escola de Baguim, pela pronta cedência e preparação de recursos materiais e aos alunos que, voluntariamente, converteram um moroso processo de recolha de dados, numa experiência significativa e gratificante.

À Dr.^a Ingrid Seabra de Oliveira, pela disponibilidade e simpatia.

Aos meus familiares e amigos pelo suporte e apoio inesgotáveis.

ÍNDICE

	Página
Introdução	9
Capítulo I:	13
A Identidade Social	13
Teoria da Identidade Social	13
A Categorização Social	15
O <i>Continuum</i> Interpessoal-Intergrupar	17
Diferenciação Intergrupar, Mobilidade Social e Mudança Social	18
Teoria da Auto-Categorização	19
O Princípio do Meta-Contraste	20
Auto-Categorização e Despersonalização	21
Conclusão – A Identidade Social	22
Capítulo II:	24
O Estatuto e a Percepção do Desvio nos Grupos	24
O Estatuto Social dos Grupos	25
O Estatuto e a Homogeneidade dos Grupos	26
Grupos Dominantes e Dominados	27
Percepção do Desvio nos Grupos	29
Conclusão – O Estatuto e a Percepção do Desvio nos Grupos	31
Capítulo III:	34
A Dinâmica de Grupo Subjectiva, O Efeito Ovelha Negra e a Perspectiva dos Grupos Agregado vs. Colecção	34

Dinâmica de Grupo Subjectiva	35
O Efeito Ovelha Negra e a Dinâmica de Grupos Subjectiva	37
A Perspectiva dos Grupos Agregado vs. Colecção e a Dinâmica de Grupos Subjectiva	39
Conclusão – A Dinâmica de Grupo Subjectiva, o Efeito Ovelha Negra e a Perspectiva dos Grupos Agregado vs. Colecção	41
Capítulo IV:	43
<i>Efeito das Assimetrias de Poder Intergrupar sobre as Avaliações do Desvio Intragrupal</i>	43
Hipóteses Gerais	44
Método	46
Participantes	46
Plano experimental	46
Procedimento	46
Medidas Dependentes	50
Resultados e Discussão	52
Medidas de Validação das Manipulações	52
Discussão Geral	72
Limitações do estudo e propostas de investigação	75
Capítulo V:	76
<i>Conclusões Gerais</i>	76
<i>Referências</i>	81
ANEXOS	87

Introdução

O nosso quotidiano é marcado por múltiplas pertenças a grupos sociais com os quais nos identificamos em maior ou menor grau. Esses grupos contribuem assim, para a definição de quem somos e do lugar que ocupamos no seio da dinâmica social. Do ponto de vista psico-social, a identidade social pode ser definida como o conjunto dos aspectos do auto-conceito que derivam da noção que temos da nossa pertença a um grupo social, mais o valor e a significância emocional atribuída a essa pertença (Tajfel 1984). Os nossos comportamentos, as nossas crenças e as nossas atitudes passam, então, a ser regulados por esses aspectos do auto-conceito associado à pertença estabelecida, ou seja, pela nossa identidade social.

Em Psicologia Social, o estudo destes processos tem vindo a desenvolver-se desde meados do século passado, com a abordagem da identidade social que engloba a Teoria da Identidade Social (Tajfel, 1978) e a Teoria da Auto-Categorização (Turner, Hogg, Oakes, Reicher & Wetherell, 1987). A primeira, surgiu com o intuito de explicar os fenómenos grupais através de um quadro teórico capaz de apreender a mudança social associada aos comportamentos colectivos, nomeadamente no conflito entre grupos e movimentos sociais (Tajfel, 1984). A segunda teoria focaliza-se directamente nas implicações do processo de categorização, e da acentuação das semelhanças entre dimensões físicas, sociais, ou pessoais, pertencentes a uma mesma categoria.

A abordagem da identidade social centra-se fundamentalmente na diferenciação intergrupar, em detrimento da diferenciação intragrupal. Pelo contrário, a “abordagem dos pequenos grupos” (Hogg, 1992; Marques & Páez, 1994) interessa-se por perceber aspectos da constituição de opiniões, de julgamentos, de cognições e da coesão dentro dos grupos.

Ao conciliar estas duas abordagens, os estudos sobre o “efeito ovelha negra” (Marques, Yzerbyt & Leyens, 1988) baseiam-se em dois pressupostos: (1) é impossível conceber os fenómenos que ocorrem dentro de um grupo – e, nomeadamente, as reacções ao desvio – de forma desligada do contexto geral da diferenciação intergrupar; (2) a diferenciação intragrupar pode ajudar a perceber a diferenciação entre os grupos. A análise dos factores que geram a derrogação de membros desviantes do endogrupo e a compreensão deste processo e das suas funções foi um dos objectivos dos estudos sobre aquele efeito (Marques, 1990; Marques & Páez, 1994; Marques, Robalo & Rocha, 1992; Marques, Yzerbyt & Leyens, 1988). O efeito ovelha negra pressupõe que os membros do endogrupo, quer sejam normativos ou desviantes, são avaliados de forma mais extrema do que indivíduos semelhantes, mas que pertencem ao exogrupo.

Os estudos sobre o efeito ovelha negra centraram-se em grupos com o mesmo estatuto mas, nem sempre os grupos a que pertencemos têm o mesmo valor social, pelo que, é importante conhecer a influência do estatuto na percepção endogrupar e exogrupar. Um aspecto importante, sublinhado pela perspectiva dos grupos agregado *vs.* colecção (Lorenzi-Cioldi, 1998, 2002) é a influência do estatuto na percepção endogrupar e exogrupar. Esta perspectiva defende que os grupos dominados são geralmente percebidos, tanto pelos seus próprios membros, como por membros de outros grupos, como agregados homogéneos e despersonalizados, pelo que a identidade social se baseia, entre outros processos, na assimilação do indivíduo com o endogrupo. Por outro lado, os grupos dominantes são percebidos como constituídos por membros diferenciados (colecção), heterogéneos e individualizados, sendo a identidade social fundamentada nesse facto.

Nesta dissertação, procuramos estudar o efeito das assimetrias de poder intergrupar, sobre os julgamentos dos desviantes do endogrupo e do exogrupo,

tendo por base os fundamentos teóricos dos modelos dos grupos agregado *vs.* colecção (Lorenzi-Cioldi, 2002) e da dinâmica de grupo subjectiva (Marques, Páez & Abrams, 1998). O nosso objectivo central é o de compreender como reagem os grupos com diferente estatuto ou poder, perante os seus membros normativos e desviantes, contrastando essas reacções com as que são evocadas por membros semelhantes do exogrupo. A nossa hipótese geral é a de que, os membros de um grupo dominado derrogarão um membro desviante mais do que os membros de um grupo dominante, porque, no primeiro caso, o desviante representa uma ameaça mais directa à identidade agregada e homogénea dos seus membros.

Esta dissertação encontra-se estruturada em cinco capítulos, dos quais os três primeiros são teóricos e os dois últimos são de carácter empírico e conclusivo. No Capítulo 1 (“A identidade social”), descrevemos os postulados das teorias da identidade social e da auto-categorização, nas quais se baseiam, pelo menos parcialmente, as abordagens da dinâmica de grupo subjectiva e dos grupos agregado *vs.* colecção. No Capítulo 2 (“O estatuto e a percepção do desvio nos grupos”), especificamos as características inerentes ao poder conferido pelas diferenças de estatuto entre grupos e algumas perspectivas de estudo da percepção da variabilidade. Referimos também estudos explicativos do efeito da homogeneidade no exogrupo e da reacção ao desvio nos grupos. No Capítulo 3 (“A dinâmica de grupo subjectiva, o efeito ovelha negra e a perspectiva dos grupos agregado *vs.* colecção”), descrevemos o modelo da dinâmica de grupo subjectiva e debruçamo-nos sobre os estudos acerca do efeito ovelha negra e sobre a perspectiva dos grupos agregado *vs.* colecção. No Capítulo 4 (“Efeito das assimetrias de poder intergrupar, sobre as avaliações do desvio intragrupar”), reportamos o nosso estudo experimental sobre assimetrias de poder intergrupar e percepções de desvio intragrupar. A hipótese geral desse estudo é de que, de modo consistente com os estudos acerca do efeito ovelha

negra, os participantes avaliarão um membro normativo do endogrupo, de forma mais positiva, do que um membro normativo do exogrupo e, simultaneamente, avaliarão um membro desviante do endogrupo, de forma mais negativa, do que um membro desviante do exogrupo. No entanto, essas avaliações serão moderadas pelo estatuto do endogrupo, de tal modo que o efeito será mais forte no caso de um endogrupo dominado (com estatuto inferior) e de um exogrupo dominante (com estatuto superior), do que no caso inverso, em que o endogrupo é dominante e o exogrupo é dominado. Finalmente, no Capítulo 5 (“Conclusões gerais”), apresentamos as considerações finais sobre os principais aspectos dos modelos abordados, integrando os resultados do estudo experimental, no contexto escolar.

Capítulo I:

A Identidade Social

Muitos aspectos da nossa vida quotidiana dependem da nossa inserção em grupos sociais. A forma como nos relacionamos com os outros é influenciada pelos grupos a que pertencemos e pela nossa identidade social assim definida. Neste contexto, a Teoria da Identidade Social propõe que os indivíduos se categorizam a si próprios e aos outros para tornar o mundo social mais significativo e preditivo (Tajfel, 1984). A identidade social decorre da noção de pertença a um grupo social e da atribuição a si próprio, como resultado dessa pertença, do valor que é reconhecido ao grupo. Dessa noção de pertença e do valor que lhe está associado decorrerá um significado emocional para o indivíduo e esse significado será, tanto a causa, como a consequência do seu comportamento social (Tajfel, 1984). A Teoria da Auto-Categorização (Turner, Hogg, Oakes, Reicher & Wetherell, 1987) surge como um desenvolvimento da Teoria da Identidade Social (Hogg & Abrams, 1988), complementando-a na formalização de processos através dos quais a identidade social é cognitivamente construída e na definição da intervenção do Eu, no comportamento social.

Teoria da Identidade Social

A Teoria da Identidade Social (Tajfel, 1978) aborda as relações entre os grupos e a sua influência no auto-conceito do indivíduo. Aborda também as implicações da pertença grupal sobre os comportamentos, cognições e emoções. Esta teoria baseia-se em três princípios essenciais (Tajfel, 1978). Em primeiro lugar, os indivíduos estão motivados para ter e manter uma auto-imagem positiva e essa auto-imagem estabelece-se sempre, comparativamente com outros

indivíduos ou grupos. Em segundo lugar, quando essa auto-imagem está associada a uma pertença grupal, o valor mais ou menos positivo atribuído à identidade social resulta de comparações favoráveis ou desfavoráveis, entre o endogrupo e um exogrupo relevante, num determinado contexto social. Finalmente, quando o valor comparativo dessa identidade é negativo, o indivíduo poderá adoptar uma estratégia de *mobilidade social*, abandonando o grupo e associando-se a outro portador de um valor mais positivo, ou a uma estratégia de *mudança social*, procurando valorizar o grupo, como um todo em relação ao exogrupo. Neste último caso, os indivíduos desenvolvem uma atitude de favoritismo em relação ao endogrupo (*ingroup favouritism*; Tajfel, 1978) da qual podem decorrer comportamentos discriminatórios em relação ao exogrupo (*ingroup bias*; Tajfel, Billig, Bundy & Flament, 1971)

Um dos princípios de base da Teoria da Identidade Social, é que um conjunto de indivíduos constituirá um grupo, se estes se percepcionarem como membros da mesma categoria social, se partilharem algum envolvimento emocional nesta definição comum e se existir consenso social, acerca da existência do grupo e da sua posição numa escala de valor social (Tajfel, 1978). Assim, são os grupos a que o indivíduo pertence, que lhe oferecem uma definição de si próprio e da posição que ocupa no tecido social, ao descrever e atribuir valor a essas pertenças grupais (Hogg & Vaughan, 1988).

A Teoria da identidade Social procura explicar o comportamento intergrupar, relacionando os processos de categorização social, comparação social, motivação para a auto-promoção e crenças relativas às relações entre grupos (Hogg, 2001). A identidade social, enquanto parte do auto-conceito, resultante da percepção de pertença ao grupo (Abrams & Hogg, 1990) envolve três componentes distintas: (1) cognitiva, enquanto sentido de inclusão, ou pertença grupal; (2) avaliativa, no sentido da conotação positiva ou negativa inerente à pertença; (3) emocional, como conjunto de emoções que acompanham

o conhecimento e a avaliação da pertença (Tajfel, 1978). Para Hogg & Abrams (1988), a pertença a um grupo é um estado psicológico que confere uma identidade social ou uma representação colectiva partilhada, que descreve os seus membros.

A Categorização Social

Tajfel (1978) salienta o papel da categorização social como um processo de compilação dos acontecimentos sociais relevantes de um grupo social, inserido em determinado contexto. Os indivíduos categorizam-se para tornar o mundo social mais significativo e preditivo. A categorização social permite reduzir a incerteza subjectiva e estabelecer condições que mantêm uma auto-estima positiva (Hogg, 2001). O efeito da categorização social e da identidade social sobre o comportamento grupal manifesta-se em fenómenos como o etnocentrismo, o favoritismo endogrupar, a diferenciação intergrupos, a conformidade com as normas do endogrupar, a atracção endogrupar, a percepção de si mesmo, dos membros do exogrupar e dos membros do endogrupar (Manstead, 2000; Tajfel, 1978).

Segundo Allport (1954, in Monteiro, 2004), o processo de categorização social tem cinco funções: (1) formar grandes classes para orientar as vivências diárias dos indivíduos e permitir aos indivíduos adoptarem comportamentos adequados aos objectos com que se confrontam; (2) integrar o máximo de informação numa só categoria, simplificando todo o processo de pensamento; (3) permitir, identificar rapidamente qualquer objecto relacionado com categorias pré-existentes; (4) cada categoria condensa todos os seus conteúdos, com o mesmo carácter emocional, independentemente do número de conceitos que uma mesma categoria integra; (5) as categorias podem ser mais ou menos racionais,

uma vez que o sistema cognitivo parece não necessitar de evidência prática ou necessidade de comprovação (Monteiro, 2004).

Para analisar se a categorização por si só gera comportamento de favoritismo pelo endogrupo, Tajfel, Billig, Bundy & Flament (1971) desenvolveram o *paradigma dos grupos mínimos*, através do qual criaram as condições mínimas necessárias para induzir diferenciação intergrupar. Os sujeitos eram categorizados arbitrariamente em dois grupos com base num critério trivial, como preferências artísticas, ou à sorte. Os sujeitos ignoravam quem eram os membros do endogrupo e do exogrupo, não tinham objectivos comuns prévios, nem conflitos de interesses, nem pertenciam previamente a categorias sociais diferenciadas. Era-lhes pedido que escolhessem uma estratégia de distribuição de dinheiro a membros anónimos dos dois grupos. Entre outras estratégias, os sujeitos podiam, em alternativa, distribuir a mesma quantia entre os membros do endogrupo e do exogrupo (*fairness*), colocar a máxima quantia nos membros de ambos os grupos (*maximum joint profit*); ou atribuir a quantia máxima possível aos membros do endogrupo, independentemente da que atribuiriam, assim, aos do exogrupo (*maximum ingroup profit*), ou criar a maior diferença possível entre membros do endogrupo e do exogrupo ainda que, os primeiros pudessem ganhar menos dinheiro, do que com outra estratégia (*maximum differentiation*). Como resultado da mera categorização em grupos, os sujeitos preferiram consistentemente utilizar a última estratégia de diferença máxima, mesmo que isso implicasse premiar os outros membros do endogrupo com uma quantia absoluta menor do que a que lhes poderiam ter atribuído através de qualquer outra estratégia.

A comparação social relaciona-se com a necessidade de conhecer a veracidade das nossas crenças, atitudes, opiniões e capacidades, de forma a confiarmos nelas (Festinger, 1954). Para Tajfel (1978), também a identidade

social decorre de comparações sociais, através das quais os indivíduos posicionam o endogrupo e o exogrupo em termos dos seus respectivos valores.

O *Continuum* Interpessoal-Intergrupal

Tajfel (1978) sugere que as situações sociais podem ser conceptualizadas em termos do seu posicionamento ao longo de um *continuum* que varia entre um pólo puramente interpessoal e um pólo puramente intergrupal. Numa situação puramente interpessoal, o comportamento dos indivíduos é determinado unicamente pelas suas características pessoais, idiossincráticas, enquanto, numa situação puramente intergrupal o comportamento é determinado exclusivamente pelas pertenças grupais dos intervenientes (por exemplo, membros de dois clubes, duas profissões, dois partidos). Consoante uma situação social tenha uma maior ou menor componente interpessoal ou intergrupal, assim ela poderá ser localizada ao longo desse *continuum*. O comportamento intergrupal, que pode ser encontrado em vários exemplos da vida real, surge quando o indivíduo se percebe como membro indiferenciado de uma categoria social com a qual partilha integralmente as características relevantes, nesse contexto (Tajfel, 1978; Hogg & Abrams, 1988).

Assim, numa situação social, quão mais próximo for o extremo intergrupal, do contínuo interpessoal-intergrupal, mais uniforme será o comportamento dos membros do grupo, em relação ao exogrupo. Pelo contrário, se a situação se aproximar do extremo interpessoal do mesmo contínuo, haverá maior variabilidade comportamental para com o exogrupo. Além disso, quanto mais próxima estiver uma situação social do extremo intergrupal, mais forte será a tendência dos membros do endogrupo para despersonalizar os membros do exogrupo e fortalecer a dicotomia endogrupo-exogrupo (Tajfel, 1978).

Diferenciação Intergrupar, Mobilidade Social e Mudança Social

As categorias sociais como o sexo, a raça, a religião, a classe social, a ocupação profissional, ou a formação profissional estabelecem relações de poder, estatuto e prestígio (Hogg & Abrams, 1988). Nas relações sociais, os grupos dominantes têm a capacidade de criar e impor os seus sistemas de valores com o objectivo de legitimar e conservar o *status quo* vigente (Monteiro & Santos, 1995). Para o estabelecimento de relações de poder, estatuto e prestígio, os membros dos grupos dominantes e dominados podem adoptar diversas estratégias, no sentido de alcançar ou manter uma identidade social positiva.

Os membros dos grupos tendem a legitimar e manter uma identidade social positiva, de acordo com a sua estrutura de crenças subjectivas (Tajfel, 1978). Estas dividem-se em dois tipos de sistema de crenças: *mobilidade social* e *mudança social* (Hogg & Abrams, 1988; Hogg & Abrams, 1990, Hogg & Vaughan, 1988). A *mobilidade social* consiste na crença de que as fronteiras intergrupais são permeáveis, o que conduziria os membros dos grupos subordinados, dominados, e, logo, socialmente desvalorizados, a adoptar uma estratégia individualista de abandono da sua identidade social inferior e as respectivas conotações negativas, em prol do ingresso num grupo dominante. A *mudança social* consiste num sistema de crenças, segundo o qual as fronteiras intergrupais são impermeáveis e, assim, a identidade social positiva só pode ser alcançada através de acções colectivas, e não individualmente. Neste contexto, se for impossível modificar realmente a estrutura das relações entre grupos, os grupos dominados tenderão a adoptar estratégias de *criatividade social* (Tajfel, 1978; Hogg & Abrams, 1988; Hogg & Abrams, 1990; Hogg, 1992), procurando favorecer o endogrupo, por exemplo, através da redefinição das dimensões de comparação negativas ou ainda, comparando o endogrupo com grupos de estatuto igual, ou menos elevado.

Quando, na confrontação entre grupos dominantes e dominados, os segundos conseguem formular alternativas comportamentais, ocorre o fenómeno de *competição social*. Este consiste num conflito intergrupar directo, do qual emergem movimentos colectivos que colocam em questão a legitimidade do grupo dominante e o respectivo *status quo*. O conflito e as mudanças reais nas posições dos grupos criam assim condições para reverter as posições do endogrupo e do exogrupo (Hogg & Abrams, 1988).

Teoria da Auto-Categorização

A Teoria da Auto-Categorização, proposta por Turner, Hogg, Oakes, Reicher & Wetherell (1987), todos discípulos directos ou indirectos de Tajfel, surge como uma extensão da Teoria da Identidade Social. A Teoria da Auto-Categorização centra-se na explicação do comportamento grupal e também na forma como os indivíduos são capazes de agir com um grupo. A Teoria da Auto-Categorização considera que a auto-categorização, como membro de um grupo, produz uma mudança do nível pessoal da identidade, para o nível colectivo. Esta despersonalização do Eu individual, a favor do Eu colectivo não corresponde, contudo, a uma perda de identidade pessoal, mas sim à redefinição cognitiva do Eu, que passa de uma representação individual e idiossincrática, para uma representação enquanto membro indiferenciado do endogrupo (Turner et al., 1987). O mecanismo subjacente a este processo de auto-categorização é a acentuação das semelhanças entre características físicas, sociais, ou pessoais, pertencentes a uma mesma categoria e a diferenciação entre características pertencentes a categorias diferentes (Hogg & MacGarty, 1990) na base do qual se encontra o *princípio do metacontraste* (Turner et al., 1978).

O Princípio do Metacontraste

As categorias sociais coexistem e situam-se em níveis de abstracção diferentes. Esses níveis de abstracção são: (1) humanidade, o nível superior, que define a espécie humana, (2) grupo, o nível intermédio, que define a identidade social e a diferenciação endogrupo *vs.* exogrupo; (3) indivíduo, o nível de abstracção inferior, que define a identidade pessoal e a diferenciação interpessoal. A categorização ocorre no nível mais adequado para cada situação particular, dependendo do contexto específico em que ocorre (Oakes, Haslam e Turner, 1994).

A saliência de um nível de auto-categorização depende da interacção entre a acessibilidade relativa de uma categoria à memória e a adequação entre o estímulo evocador da categoria e as características associadas a essa categoria (Turner, Hogg, Oakes, Reicher & Wetherell, 1987) – o princípio *accessibility x fit*. Segundo este princípio, o indivíduo activa uma categoria relevante para a cognição e para o comportamento em determinado contexto social em função da adequação dos estímulos presentes nessa situação a essa categoria (Oakes, Haslam & Turner, 1994). Por exemplo, numa situação social em que indivíduos apresentassem características adequadas à dimensão feminino-masculino (por exemplo, indumentária, comprimento do cabelo, tom de voz), o princípio *accessibility x fit* levaria o indivíduo a utilizar a oposição entre as categorias “mulher” e “homem” como princípio organizador dessa situação social, desde que essas categorias estivessem acessíveis na sua mente, em função de experiências passadas, motivações, objectivos, etc.

A adequação (“*fit*”) entre um estímulo evocador de uma categoria e as características a ela associadas pode ser de dois tipos: (1) normativa (“*normative fit*”), adequando o comportamento às características da categoria; (2) comparativa (“*comparative fit*”), definida pelo princípio do metacontraste, implicando uma

percepção que diferencia os diferentes grupos sociais, em contexto social (Turner et al., 1987). O princípio do metacontraste facilita a selecção da oposição entre categorias que melhor permite interpretar a situação, ao mesmo tempo que torna mais claras as diferenças entre os membros dessas categorias.

Com a Teoria da Auto-Categorização, surge o conceito de *protótipo*, que é a representação cognitiva das características definidas pela categoria social. Os protótipos correspondem aos conjuntos de características de cada uma das categorias em oposição que maximizam as diferenças inter-categoriais, ao mesmo tempo que, minimizam as diferenças no seio de cada uma das categorias (Hogg & McGarty, 1990). Por outras palavras, dentro de cada categoria, o protótipo reúne o conjunto de atributos que melhor diferenciam essa categoria de outra, ao mesmo tempo que melhor sintetiza as semelhanças entre os membros dessa categoria. Aplicados ao endogrupo e ao exogrupo, os protótipos passam assim, a corresponder a construções normativas correspondentes a crenças, opiniões e comportamentos que contribuem para o processo de diferenciação grupal (Terry, Hogg, & White, 2000).

Auto-Categorização e Despersonalização

Como já assinalámos acima, a auto-categorização corresponde a um processo de auto-estereotipia e de assunção da normatividade do grupo enquanto componente do auto-conceito (Hogg, 1992). Ao definir-se como membro de uma categoria social, o indivíduo assimila-se ao protótipo do grupo. A representação do Eu, torna-se assim, intermutável em relação com os outros membros do grupo (Marques, Páez & Abrams, 1998). Uma consequência importante deste processo de despersonalização é a geração de uniformidade intragrupal ao nível das crenças, atitudes e comportamentos (Hogg, 1992).

Conclusão – A Identidade Social

No presente capítulo focamos a abordagem da identificação social que inclui as teorias da identidade social e da auto-categorização. Dos princípios básicos da Teoria da Identidade Social, com base na distinção entre comportamento interpessoal e intergrupar, salienta-se o facto de o indivíduo se perceber como membro de um grupo, com base em categorizações sociais. Os indivíduos categorizam-se para tornar o mundo social mais significativo e preditivo, reduzindo a incerteza subjectiva e estabelecendo condições que mantêm uma auto-estima positiva (Hogg, 2001). Tajfel (1978) salienta o papel da categorização social como um processo de compilação dos acontecimentos sociais relevantes, de um grupo social inserido em determinado contexto. Através deste processo, os indivíduos assimilam as categorias dos seus grupos de pertença, que passam a definir o auto-conceito, construindo as suas identidades sociais (Tajfel & Turner, 1986). Assim, a identidade social centra-se nos aspectos de uma auto-imagem individual que derivam das categorias que cada indivíduo tem de si, mais o valor e a significância emocional atribuída a esse grupo social (Tajfel, 1984).

A Teoria da Auto-Categorização. (Turner, Hogg, Oakes, Reicher & Wetherell, 1987) centra-se nos processos cognitivos subjacentes à categorização, nomeadamente na auto-categorização. A saliência da pertença a um grupo implica a activação de um auto-conceito despersonalizado. O nível grupal de categorização acentua as diferenças intergrupais e as semelhanças intragrupal, reforça as fronteiras intergrupais e atenua as variações intragrupal. O processo de despersonalização do Eu individual, a favor do Eu colectivo não corresponde, contudo, a uma perda de identidade pessoal (Turner, Hogg, Oakes, Reicher & Wetherell, 1987).

A despersonalização acentua a influência do grupo sobre o indivíduo, pelo que, o seu comportamento passa a ser determinado pelas normas do grupo. Neste contexto psicológico, o indivíduo aproxima-se do protótipo do grupo através de um processo de auto-estereotipia, que torna o Eu perceptivelmente intermutável com os outros membros do grupo (Turner et al., 1978; cf. também Marques, Páez & Abrams, 1998).

No capítulo seguinte, abordaremos as questões e as características inerentes ao poder conferido pelas diferenças de estatuto entre grupos, as principais perspectivas da percepção da variabilidade dos grupos e a percepção e a reacção ao desvio. Referimos também estudos explicativos do efeito da homogeneidade no exogrupo e da reacção ao desvio nos grupos.

Capítulo II:

O Estatuto e a Percepção do Desvio nos Grupos

“O estatuto vem a ser o conjunto de comportamentos com que legitimamente o indivíduo pode contar, da parte dos outros” (Stoetzel, 1963, p.205).

Algumas teorias assumem que as relações entre os diferentes grupos são simétricas e que os grupos partilham de igual estatuto. Linville, Fischer & Salovey, (1989) explicam a homogeneidade dos grupos, com base na familiaridade entre os membros do endogrupo. Oakes, Haslam & Turner (1994) baseiam-se num quadro de referência interpessoal para avaliar o endogrupo e num quadro intergrupar para o exogrupo, para suportar a igualdade do estatuto de ambos. Ao adequar-se a cada situação particular e ao contexto específico em que ocorre, o indivíduo activa uma categoria relevante para a cognição e para o comportamento, em determinado contexto social. A avaliação surge em função da adequação dos estímulos presentes nessa situação e das características dessa categoria. No entanto, nesta perspectiva, não é tida em consideração a posição hierárquica social dos grupos.

Outros autores defendem que a assimetria de estatuto dos grupos é um critério relevante para a explicação da percepção de maior ou menor homogeneidade nos grupos. De entre estes autores destacam-se Lorenzi-Cioldi (1988; Lorenzi-Cioldi & Doise, 1994), que consideram que o estudo da percepção da variabilidade nos grupos deve ter em consideração os efeitos posicionais dos mesmos.

Lorenzi-Cioldi (1998, 2002) defende que os indivíduos elaboram representações consensuais dos grupos dominantes e dominados, em relação à sua maior ou menor variabilidade ou homogeneidade interna, percepcionando os

grupos dominados como mais homogéneos e os grupos dominantes, como mais heterogéneos. Nos grupos de estatuto inferior, a norma promove a integração e reforça as práticas e costumes do grupo, de forma a manter a homogeneidade endogrupal (Lorenzi-Cioldi, 2002). O comportamento dos membros dominantes deve-se a atribuições internas, aumentando a variabilidade interna do endogrupo, que dependem de uma perspectiva meritocrática que legitima esse estatuto aos olhos dos seus membros. A meritocracia associa as recompensas sociais dos indivíduos de elevado estatuto social ao seu mérito individual (Krauze & Slomczynsky, 1985). Assim, os dominantes vêm a inferioridade do exogrupo como uma consequência da hierarquia do estatuto.

O Estatuto Social dos Grupos

O estatuto social dos grupos difere de acordo com a hierarquia dominante ou dominada dos seus membros. Por exemplo, Millett (in Lorenzi-Cioldi, 1988) define os grupos de estatuto pouco elevado como *colectividades vagas*, pouco definidas. Assim, os dominantes podem não se definir a si próprios, de acordo com os atributos comuns ao seu grupo de pertença, enquanto os dominados são constantemente lembrados da sua pertença grupal. Esta ideia é, aliás, consistente com a afirmação de Lewin (1972), segundo a qual os membros dos grupos dominantes seriam menos frequentemente levados a pensar no seu grupo do que os membros de grupos dominados. Pelo contrário, os membros dos grupos dominantes desvalorizam os atributos comuns do endogrupo e salientam a sua individualidade (Lewin, 1972). Paralelamente, Allport (1954, in Monteiro, 2004) afirma que os grupos de baixo estatuto evitam percepções idiossincráticas dos seus membros. Assim, o estatuto social do grupo influencia o auto-conceito dos seus membros e a percepção dos membros do exogrupo (Lorenzi-Cioldi, 1998). Esta ideia fundamenta o conceito de grupos agregados vs. colecção, que descreve

as diferentes modalidades de pertença a grupos de diferente estatuto (Lorenzi-Cioldi, 1988). Existem processos que articulam a oposição entre o individual e o colectivo, pelo que, a identidade pessoal não é exclusiva dos dominantes, tal como, a identidade colectiva não é exclusiva dos dominados (Lorenzi-Cioldi, 1988).

O Estatuto e a Homogeneidade dos Grupos

A perspectiva dos grupos agregado *vs.* colecção (Lorenzi-Cioldi, 1998; 2002) salienta a influência do estatuto na percepção endogrupal e exogrupal. Nesta teoria, as pessoas possuem uma representação social que difere do grupo dominado, para o grupo dominante. Assim, nos grupos dominados os membros tendem a ser percebidos como agregados homogéneos e indiferenciados, enquanto, nos grupos de elevado estatuto, os indivíduos se definem a si próprios pelas suas características holísticas ou abstractas. Os grupos dominantes baseiam-se na especificidade individual dos seus membros e são percebidos como colecções heterogéneas de indivíduos diferenciados que enfatizam a sua diferenciação pessoal e interpessoal (Lorenzi-Cioldi, 1998, 2002).

Num estudo, utilizando o paradigma dos grupos mínimos (cf. acima), Deschamps (1984) identificou ou não os participantes pelo primeiro nome. Quando a identificação acontecia, ou seja, na condição para a qual haviam recebido esta marca de individualidade, os participantes favoreciam-se a si próprios, em detrimento de outros membros do endogrupo. Este resultado corrobora a individualidade heterogénea dos sujeitos de elevado estatuto. Pelo contrário, os grupos dominados são percebidos como mais homogéneos do que os grupos dominados (Lorenzi-Cioldi, 2002).

Nos fundamentos teóricos da perspectiva dos grupos agregado *vs.* colecção, o estatuto social do grupo exerce influência no auto-conceito dos

membros do grupo e na percepção dos membros do exogrupo (Lorenzi-Cioldi, 1998). Os conceitos de grupos agregado vs. colecção descrevem as diferentes modalidades de pertença a grupos de diferente estatuto (Lorenzi-Cioldi, 1988).

Personal identity prevails in groups located at the top of status hierarchies, and is conducive to collection type groups. Members of these groups perceive themselves, and are perceived by others, as endowed with unique attributes. (...) Collective identity, in turn, predominates at the other pole of the status hierarchy, triggering the formation of aggregate type groups. Members of these groups perceive themselves, and are perceived by others, as parts of a relatively undifferentiated entity. (Lorenzi-Cioldi, 1998, p.122)

O efeito de homogeneidade do exogrupo parece, assim, depender fundamentalmente do contexto de hierarquia de estatuto, em que ocorre uma relação entre grupos (Lorenzi-Cioldi, 2002). Chatard, Lorenzi-Cioldi, & Buschini (2006) defendem que o estatuto dos grupos influencia a auto-identificação, baseando-se na modelação da individualidade pela identidade cultural e social (valores culturais, opressão, atribuição social, co-variação e ideologia). Assim, os processos relacionados com a formação da identidade devem considerar a questão do estatuto grupal dominante e dominado.

Grupos Dominantes e Dominados

Um grupo pode distinguir-se, entre outros aspectos, pela dimensão e pela composição. Existe uma multiplicidade de causas que fundamentam as diferenças da identidade pessoal e colectiva, entre dominantes e dominados. Tal como em grupos de estatuto idêntico, o principal aspecto de confrontação entre grupos dominados e dominantes ocorre através da competição social (cf. acima).

A comparação social é, no entanto, atravessada por factores associados às diferentes representações sociais associadas ao estatuto dos grupos em presença, tais como as normas sociais, os processos de atribuição social, a opressão, a ideologia e a subordinação.

A atribuição social é uma tendência para explicar, com base em argumentos de ordem pessoal, um comportamento do indivíduo, descurando a ordem situacional ou ambiental (Weiner, 1986). Esta tendência surge nas representações que os membros dos grupos dominados têm de si mesmos, como resultado de serem constantemente tratados como membros de um grupo, com base em pertenças categoriais, como o nível de escolaridade, nacionalidade ou profissão (Lorenzi-Cioldi, 2002). O comportamento dos membros dominantes é devido a atribuições internas, tanto por eles próprios, como pelos exogrupos, o que aumenta a variabilidade interna do seu grupo de pertença. A valorização da orientação cultural das normas é personificada pelos indivíduos de elevado estatuto que detêm o poder. Nos grupos de estatuto inferior, a norma promove a integração e reforça as práticas e costumes do grupo, de forma a manter a homogeneidade endogrupal.

A ideologia e o poder para a subordinação assumem, no individualismo dos membros do grupo dominante, a justificação dos seus privilégios, resultantes de características e competências pessoais (Kaplan & Kaplan, 1997) e, nomeadamente, na ideia de *mérito*. Como o afirmam Kaplan e Kaplan (1997), a ideologia dominante assenta na meritocracia: “*The new reality is a version of meritocracy, in which a large but elite minority dominates economic and social decision making. Members of this elite are highly educated, having been recruited from a variety of social classes and ethnic groups through the sorting mechanism of education. Members of the elite, however, rarely advocat for the interests of the nonelite group (...)*” (p. 495).

A tese da meritocracia associa o mérito individual às recompensas sociais, inerentes ao elevado estatuto social (Krauze & Slomczynsky, 1985). Os membros dos grupos dominantes têm um direito adquirido de destruir a ligação do grupo. A conjugação de diversos factores conduz a uma maior saliência da identidade pessoal, nos grupos com maior estatuto e a uma maior despersonalização da auto-percepção, nos grupos de baixo estatuto. Os dominantes vêm a inferioridade do exogrupo, como resultado de uma hierarquia de estatuto, em consequência da legitimação das deficiências pessoais e inadequações dos seus membros.

Os estudos de Foster & Ruby, (2006), sobre a discriminação, em função da meritocracia, apontam baixa auto-estima e elevada ansiedade intergrupar, sugerindo desconforto dos indivíduos que sofreram discriminação. Também estudos conduzidos por Major, Kaiser, O'Brien & McCoy. (2007) associam uma forte discriminação contra o endogrupo a efeitos meritocráticos, baseados em visões culturais, ideologias e estatutos: *“Perceiving discrimination against one’s in-group threatens the worldview of individuals who believe that status in society is earned but confirms the worldview of individuals who do not.”* (Major et al., 2007, p. 1068).

Percepção do Desvio nos Grupos

Para compreendermos a percepção ao desvio, é importante considerar que no interior dos grupos existem normas que regulam o seu funcionamento. São estas normas que:

“(...) dirigem o comportamento dos membros do grupo e que, (...), o condicionam. Estas normas podem ser formais e informais. Por exemplo, numa turma podemos distinguir as normas formais (cumprir um horário, trazer o material escolar, participar nos trabalhos...) das normas informais (não interromper os outros, ser solidário e cooperar

com os colegas...). As primeiras baseiam-se num código social, em documentos da responsabilidade do Ministério da Educação e no regulamento interno da escola. As segundas geram-se no interior da turma, como resultado da dinâmica das inter-relações entre os seus membros.” (Monteiro & Santos, 1995, p. 168)

Da oposição às normas, resulta o comportamento desviante, definido como uma adopção de uma posição socialmente indesejável, que se opõe às normas prescritivas ou aos princípios que são geralmente adoptadas por um grupo ou pela sociedade (Forsyth, 1990; Marques, Páez & Abrams, 1998). A diferenciação das normas prescritivas proporciona um meio de consolidar a validade da realidade do endogrupo, enquanto, as normas descritivas fornecem o critério descritivo para a categorização (Abrams, Marques, Hutchison & Bown, 2004).

Os julgamentos dos membros do endogrupo, quando não se salientam membros prescritivamente desviantes de forma a gerar uma diferenciação positiva do endogrupo, podem ser um resultado do processo de auto-categorização (Marques, Abrams, Páez & Taboada, 1998). A reacção de derrogação, por parte dos outros membros do endogrupo, é uma tentativa de restaurar a validade das crenças numa identidade social positiva. Tal como salientam Marques, Páez & Abrams (1998), uma implicação desta derrogação é o paralelismo entre as reacções ao desvio nos pequenos grupos e as reacções ao desvio nos grupos psicológicos. Nos primeiros, de forma a validar a realidade social do grupo e nos grupos psicológicos tal realidade corresponde, em último caso, à identidade do grupo.

Embora nos grupos psicológicos (Marques & Páez, 1994) o objectivo seja manter ou adquirir uma identidade social positiva, espera-se também que os membros contribuam para o processo de validação social das normas, crenças e

opiniões grupais. Como tal, este aspecto relaciona-se com as reacções ao desvio, ou seja, a reacção aos desviantes do endogrupo deve-se ao facto de que estes não podem ser reconceptualizados como membros do exogrupo.

Levine, Moreland & Hausmann (2005) propõem papéis de transição que reflectem a exclusão crescente dos indivíduos desviantes de um grupo, baseando a reacção ao desvio em estratégias exclusivas. Os grupos não expulsam necessariamente os seus desviantes, podem adoptar estratégias de remoção das responsabilidades individuais, convencendo os indivíduos a transitar de grupo. Levine & Moreland (2002) analisaram a forma como os grupos respondem à lealdade e à deslealdade. A primeira é definida como a permanência num grupo, apesar dos benefícios que a saída acarretaria. A segunda é o abandono do grupo, simplesmente para obter melhorias. As reacções positivas à lealdade dos membros e as negativas à deslealdade são maiores no endogrupo de elevado estatuto, do que no de baixo estatuto. A deslealdade, definida pelo abandono do grupo para se juntar a outro, é apelidada de “*defection*”, sendo o membro que a pratica um “*defector*”. (Levine & Moreland, 2002). Para estes autores, os indivíduos leais com alto estatuto são vistos mais favoravelmente, do que os indivíduos leais de baixo estatuto. Por outro lado, os indivíduos desleais de elevado estatuto são percebidos de forma mais desagradável, do que os indivíduos desleais de baixo estatuto.

Conclusão – O Estatuto e a Percepção do Desvio nos Grupos

No presente capítulo focamos as características inerentes ao poder conferido pelas diferenças de estatuto entre grupos e algumas perspectivas do estudo da percepção da variabilidade. Referimos também estudos explicativos do efeito da homogeneidade no exogrupo e da reacção ao desvio nos grupos.

Nos grupos de elevado estatuto que detêm o poder, a valorização da orientação cultural das normas difere dos grupos de estatuto inferior, onde a norma promove a integração e reforça as práticas e costumes do grupo, de forma a manter a homogeneidade endogrupal. Os membros de um grupo assumem comportamentos, atitudes e percepções face ao desvio, determinadas pelas categorias e estatutos sociais correspondentes. Nessa lógica, o julgamento do desvio ocorre em função do estatuto.

A meritocracia adquirida pela competência dos grupos dominantes, como um direito adquirido, subvaloriza a ligação do grupo e salienta a identidade pessoal. Assim, nos grupos com maior estatuto e despersonalização, os dominantes vêm a inferioridade do exogrupo, como uma hierarquia de estatuto que, para Chatard, Lorenzi-Cioldi & Buschini (2006), se traduz numa falta de partilha. Esta pode ser vista como uma estratégia para legitimar as vantagens e os privilégios advindos do mérito.

A investigação sugere que o estatuto está relacionado com a percepção e com a respectiva atitude dos grupos para com os sujeitos desviantes. Marques, Abrams, Páez & Taboada (1998) defendem que os julgamentos dos membros do endogrupo, quando não se salientam membros prescritivamente desviantes de forma a gerar uma diferenciação positiva do endogrupo, podem ser um resultado da auto-categorização.

Para Levine & Moreland (2002) as reacções positivas à lealdade dos membros e as negativas à deslealdade são maiores no endogrupo de elevado estatuto, do que no de baixo estatuto. A percepção do baixo estatuto dos grupos ocorre de forma mais homogénea nos grupos de baixo estatuto, do que pelos grupos de elevado estatuto, tanto pelos membros do endogrupo, como do exogrupo (Lorenzi-Cioldi, 2002). Para Lorenzi-Cioldi (1998) o estatuto social influencia a percepção do grupo e os julgamentos de homogeneidade. Os indivíduos podem basear a sua percepção do endogrupo e do exogrupo nas

diferenças de estatuto. Neste sentido, os conceitos de grupos agregados *vs.* colecção, que desenvolveremos no capítulo seguinte, descrevem as diferentes modalidades de pertença a grupos de diferente estatuto.

No próximo capítulo, descrevemos o modelo da dinâmica de grupo subjectiva e debruçamo-nos sobre os estudos acerca do efeito ovelha negra e sobre a perspectiva dos grupos agregado *vs.* colecção. Pretendemos analisar o impacto possível do estatuto dos grupos presentes numa situação de comparação social sobre a forma como os indivíduos avaliarão os membros normativos e desviantes do endogrupo e do exogrupo. Essa análise permitirá estabelecer as nossas hipóteses de estudo.

Capítulo III:

A Dinâmica de Grupo Subjectiva, O Efeito Ovelha Negra e a Perspectiva dos Grupos Agregado vs. Colecção

A noção de *dinâmica de grupo subjectiva* resulta da articulação da Teoria da Identidade Social (Tajfel, 1978) e da Teoria da Auto-Categorização (Turner, Hogg, Oakes, Reicher & Wetherell, 1987) com a investigação sobre a dinâmica dos pequenos grupos (Marques & Páez, 1994; Marques, Páez & Abrams, 1998). Esta consiste no processo, através do qual, os indivíduos maximizam a diferenciação intergrupar e intragrupar, com vista à validação das normas prescritivas do endogrupo. O desvio às normas do endogrupo coloca em risco a validade subjectiva da identidade social, o que resulta na forte derrogação dos membros desviantes do endogrupo como uma forma de legitimação dessa identidade (Marques & Páez, 1994).

Na base do modelo da dinâmica de grupo subjectiva estão os estudos sobre o efeito ovelha negra (Marques, Yzerbyt & Leyens, 1988). De acordo com o efeito ovelha negra, os membros desviantes do endogrupo são avaliados mais negativamente, do que os membros indesejáveis do exogrupo, enquanto os membros normativos do endogrupo são avaliados mais positivamente do que os membros normativos do exogrupo. Este facto foi explicado como resultante de uma tentativa, por parte dos sujeitos, de equilibrar as suas crenças, acerca da positividade do endogrupo com o facto de existirem nesse grupo membros desviantes que não legitimam essas crenças. Os membros desviantes, ou socialmente indesejáveis do endogrupo são, assim, percebidos como ameaças à distintividade positiva do grupo, pelos membros normativos. Este facto parece ocorrer, independentemente dos níveis de conhecimento ou familiaridade do sujeito para com o estímulo, para o qual o endogrupo e o

exogrupo são avaliados e em contextos intergrupais e intragrupais. (Marques, 1990).

Nos estudos de Marques et al. (1988), o efeito ovelha negra verificou-se nos julgamentos de comparação social de um único alvo, entre um alvo do endogrupo vs. um alvo do exogrupo e, em dois alvos do endogrupo, ou do exogrupo. Quando as normas são relevantes para a distintividade positiva do endogrupo, verifica-se um forte favoritismo endogrupal e uma forte derrogação do desviante do endogrupo (Marques, 1990). Em suma, este modelo assenta num processo, pelo qual os indivíduos maximizam a diferença intergrupais e a diferenciação intragrupal. Quando os indivíduos reagem de forma mais extrema para com os membros normativos e desviantes do endogrupo, do que para com os membros similares do exogrupo, procuram validar e legitimar as normas prescritivas do endogrupo, reforçando a coesão grupal.

Dinâmica de Grupo Subjectiva

O modelo da dinâmica de grupo subjectiva (Marques & Páez, 1994) propõe a existência de um processo cognitivo e emocional envolvido na representação da uniformidade intragrupal e no desvio que ocorre nos contextos intergrupais.

O modelo propõe que os membros desviantes do endogrupo tornam salientes as normas prescritivas do grupo, gerando, por parte dos sujeitos, uma focalização prescritiva que os motiva a validar essas normas, através de uma atitude punitiva em relação aos desviantes (Marques, Páez & Abrams, 1998). Os membros desviantes do endogrupo são mais derrogados, do que os membros desviantes do exogrupo, dado que estes últimos não são directamente relevantes para a identidade social dos sujeitos. Apresentamos o modelo geral da dinâmica de grupo subjectiva na Figura 1.

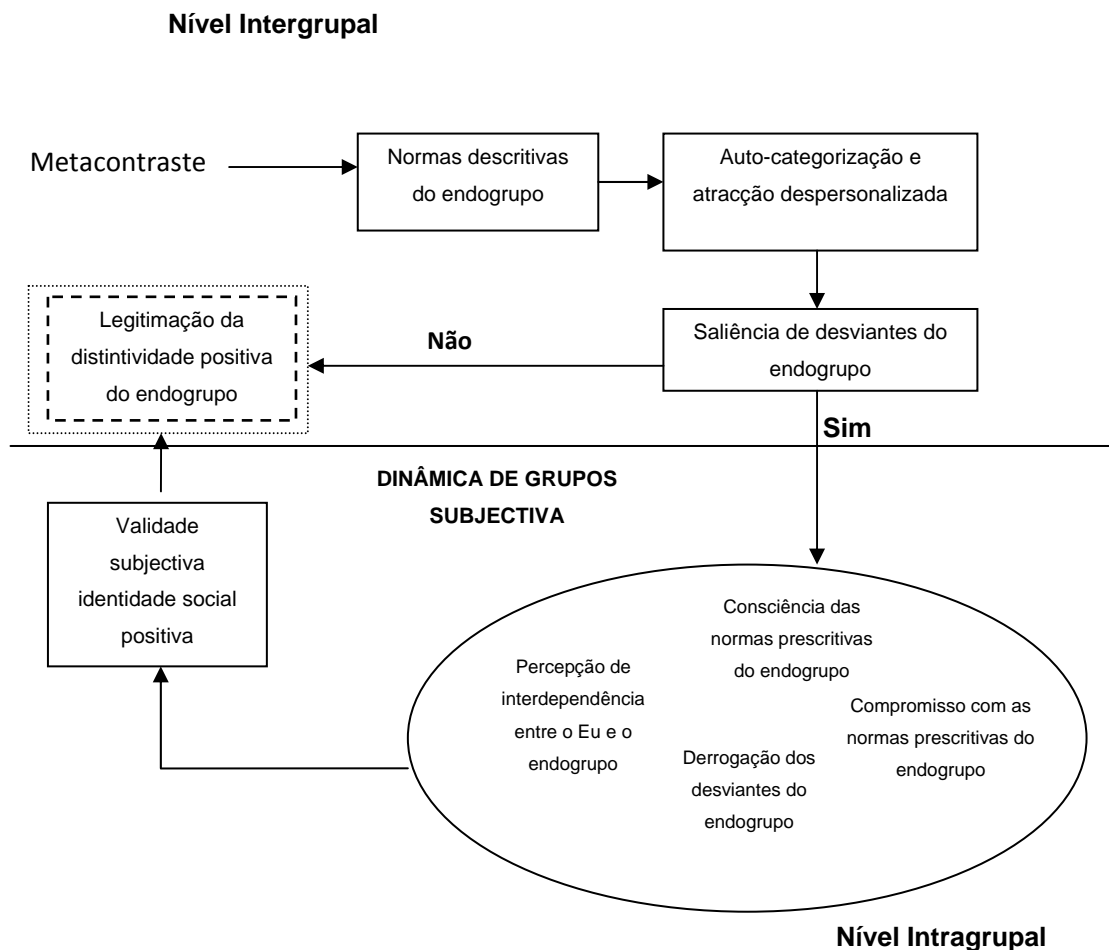


Figura 1 “Dinâmica de Grupo Subjectiva”. (adaptado de Marques, Abrams, Páez & Hogg, 2001, p. 414)

De acordo com o modelo de dinâmica de grupo subjectiva, os membros do endogrupo são percebidos como desejáveis, para reforçar a crença numa identidade social positiva. O modelo assume implicitamente que a derrogação dos desviantes é uma estratégia inclusiva para com os membros desviantes do

endogrupo, pela consciência das normas prescritivas do endogrupo e pelo compromisso para com essas normas (Marques, Páez & Abrams, 1998).

A reacção aos membros desviantes do endogrupo é marcada pela dificuldade de expulsar um membro desviante, quando é posta em causa a validade subjectiva da identidade social positiva. A legitimação da distintividade positiva do endogrupo ocorre ao nível intergrupar (Marques, Abrams, Páez & Hogg, 2001). Quando a identidade social positiva é ameaçada, os indivíduos tendem a persuadir o desviante a perceber a interdependência entre o Eu e o endogrupo e caso se verifique resistência, o grupo hostiliza ou rejeita o desviante, ou redefine as fronteiras do grupo (cf. Marques, Abrams, Páez, & Hogg, 2001).

O Efeito Ovelha Negra e a Dinâmica de Grupos Subjectiva

Como referimos no capítulo anterior, a teoria da auto-categorização propõe que um indivíduo identificado com o endogrupo se percebe como um membro indiferenciado que partilha os atributos que definem esse grupo. Para Abrams & Hogg (1990) deste sentimento de pertença, ou identificações sociais, resultam atitudes e comportamentos de favoritismo em relação ao seu próprio grupo. O favoritismo endogrupal influencia os seus membros a diferenciarem positivamente o endogrupo do exogrupo. Pode compreender-se, assim, que os indivíduos avaliem mais favoravelmente os membros normativos do endogrupo, do que os do exogrupo.

A ideia subjacente ao efeito ovelha negra é que este efeito está associado à identificação com o grupo e ao favoritismo endogrupal, promovendo a diferenciação positiva do endogrupo. Em apoio a esta ideia, Marques, Robalo & Rocha (1992) estudaram a relação entre a identificação, a parcialidade pró-endogrupal e a derrogação dos membros indesejáveis do endogrupo, verificando que os estudantes de uma escola avaliavam mais favoravelmente o conjunto dos

alunos dessa escola como um todo, do que o conjunto dos alunos da escola rival. Simultaneamente, avaliavam os alunos desejáveis da sua própria escola mais favoravelmente e os indesejáveis mais desfavoravelmente, do que os alunos correspondentes da escola rival. Marques (1990) salienta que, quando as normas são relevantes para a distintividade positiva do endogrupo, verifica-se um forte favoritismo endogrupal e uma forte derrogação do desviante do endogrupo. Quando as normas são irrelevantes para a identidade do grupo, o efeito é atenuado ou não se verifica. Neste estudo, realizado numa escola militar, os cadetes derrogaram mais fortemente um cadete da mesma escola que não acatava uma norma relevante entre os cadetes, do que o cadete de uma escola rival que procedia da mesma maneira. Além disso, os cadetes valorizavam mais fortemente um membro da sua escola que procedia em conformidade com as normas, do que um cadete de uma escola rival com equivalente conformidade. Quando as relações grupais são a base para a auto-regulação, o objectivo mais importante é a validação subjectiva da identidade social (Marques, Abrams, Páez, & Hogg, 2001). Assim, a derrogação do membro desviante do endogrupo é funcional para o grupo, protegendo a identidade social positiva, ao reforçar a solidariedade normativa, ou seja o empenho dos seus membros em relação à norma violada.

O modelo da dinâmica de grupo subjectiva propõe que o efeito ovelha negra implica uma diferenciação intergrupar e intragrupal simultâneas (Marques, Páez & Abrams, 1998). A diferenciação intergrupar dependeria da saliência de normas descritivas, ou seja da construção cognitiva das posições prototípicas do endogrupo e do exogrupo construídas através de um processo de metacontraste (cf. acima). Por outro lado, a diferenciação intragrupal decorreria de uma focalização nos desviantes endgrupais, percepcionados como ameaçadores da legitimidade da identidade social positiva (Marques, Abrams, Páez & Hogg, 2001). Assim, as normas descritivas têm propósitos de diferenciação intergrupar,

enquanto as normas prescritivas têm propósitos de legitimação intragrupar. Para Marques, Abrams, Páez & Taboada (1998) o efeito ovelha negra pressupõe uma consciencialização das normas prescritivas e uma valorização da diferenciação intergrupar da normatividade do grupo. A derrogação dos desviantes surge como uma estratégia de validação da legitimidade das normas do endogrupo.

A Perspectiva dos Grupos Agregado *vs.* Colecção e a Dinâmica de Grupos Subjectiva

Como vimos anteriormente, no estudo da percepção endogrupal e exogrupal, uma perspectiva que salienta a influência do estatuto é a dos grupos agregado *vs.* colecção (Lorenzi-Cioldi, 1998, 2002). Esta defende que os grupos dominados, ou de estatuto inferior, são do tipo agregado, homogéneo e despersonalizado, pelo que a identidade social se baseia, entre outros processos, na assimilação do indivíduo com o endogrupo. Por outro lado, os grupos dominantes são constituídos por indivíduos diferenciados, heterogéneos e individualizados, sendo a identidade social fundamentada na identidade pessoal dos seus membros.

Sem abordar o estatuto, o modelo de dinâmica de grupo subjectiva estabelece a uniformidade interna do grupo e ajuda a compreender a avaliação dos indivíduos pelo grupo (Marques & Páez, 1994). Ao assumirem a diferenciação intragrupar, enquanto benefício para o grupo, os membros do endogrupo são percebidos como desejáveis, para reforçar a crença numa identidade social positiva. Assim, os membros desviantes do endogrupo são mais derrogados do que os membros desviantes do exogrupo, dado que estes últimos não são directamente relevantes para a identidade social dos sujeitos. Esta ideia relaciona-se com a identidade social dos grupos dominados e dominantes, da perspectiva dos grupos agregado *vs.* colecção (Lorenzi-Cioldi, 1998, 2002), que

se baseia, respectivamente, na assimilação do indivíduo com o endogrupo ou na identidade pessoal dos seus membros.

No modelo de dinâmica de grupo subjectiva, a legitimação da distintividade positiva do endogrupo ocorre ao nível intergrupar (Marques, Abrams, Páez & Hogg, 2001). Podemos encontrar uma relação deste aspecto com a percepção do estatuto social do grupo, na percepção dos membros do exogrupo (Lorenzi-Cioldi, 2002). Esta perspectiva descreve as diferentes modalidades de pertença a grupos de diferente estatuto. Assim, os membros dos grupos de elevado estatuto percebem-se e são percebidos como dotados de atributos únicos, enquanto, os membros de grupos de baixo estatuto se percebem e são percebidos como parte de uma entidade relativamente indiferenciada (Lorenzi-Cioldi, 1998; 2002).

Ao nível intragrupal, podemos relacionar a interdependência entre o Eu e o endogrupo da dinâmica de grupos subjectiva (Marques et al., 2001), com as características de agregação, homogeneidade e despersonalização, ou de diferenciação, heterogeneidade e individualidade dos grupos agregado *vs.* colecção (Lorenzi-Cioldi, 1998, 2002). Assim, os indivíduos elaboram representações consensuais dos grupos dominados e dominantes, em relação à sua maior ou menor variabilidade ou homogeneidade interna. O comportamento dos membros dominantes que dependem de uma perspectiva meritocrática, de recompensas individuais, que legitima esse estatuto aos olhos dos seus membros, deve-se a atribuições internas, aumentando a variabilidade interna do endogrupo.

As anteriores relações entre a perspectiva dos grupos colecção *vs.* agregado (Lorenzi-Cioldi, 2002) e o modelo da dinâmica de grupo subjectiva (Marques, Páez & Abrams, 1998) poderão ajudar a compreender como reagem os grupos com diferente estatuto ou poder, perante membros normativos e desviantes de diferentes grupos.

Conclusão – A Dinâmica de Grupo Subjectiva, o Efeito Ovelha Negra e a Perspectiva dos Grupos Agregado vs. Colecção

Neste capítulo descrevemos o modelo da dinâmica de grupo subjectiva e debruçamo-nos sobre os estudos acerca do efeito ovelha negra e sobre a perspectiva dos grupos agregado vs. colecção.

O modelo de dinâmica de grupo subjectiva estabelece a uniformidade interna do grupo e ajuda a compreensão da avaliação dos indivíduos pelo grupo, focando-se nos grupos psicológicos ou nas categorias sociais, de acordo com a Teoria da Identidade Social e com a Teoria da Auto-Categorização. O modelo de dinâmica de grupo subjectiva assume a diferenciação intragrupal enquanto benefício para o grupo, em vez de diminuir a distintividade (Marques & Páez, 1994; Marques, Abrams, Páez & Hogg, 2001).

No efeito ovelha negra (Marques, Yzerbyt & Leyens, 1988), os membros normativos do endogrupo tendem a derrogar os membros desviantes que ameaçam a coesão interna do seu grupo, como forma de protecção da identidade social ou como estratégia cognitiva de mudança social (Marques & Páez, 1994). A derrogação dos membros desviantes do endogrupo é também uma estratégia, quando a identidade social é ameaçada por comparação com o exogrupo. Para Abrams & Hogg (1990), os resultados do efeito ovelha negra estão associados a sentimentos de pertença a categorias sociais ou a identificações sociais, num fenómeno de favoritismo endogrupal. O efeito ovelha negra tem sido relacionado com as normas inerentes à dinâmica de grupo, com a percepção da homogeneidade endogrupal e com a promoção de uma distintividade social positiva.

Na perspectiva dos grupos agregado vs. colecção (Lorenzi-Cioldi, 2002), o estatuto social do grupo exerce influência na percepção dos membros do exogrupo. Esta perspectiva descreve as diferentes modalidades de pertença a

grupos de diferente estatuto. Assim, os membros dos grupos de elevado estatuto percebem-se e são percebidos como dotados de atributos únicos. Por outro lado, os membros de grupos de baixo estatuto percebem-se e são percebidos como parte de uma entidade relativamente indiferenciada (Lorenzi-Cioldi, 1998; 2002). Através destes processos, os indivíduos procuram validar e legitimar as normas prescritivas do endogrupo e reforçar a coesão grupal.

A uniformidade interna do grupo, através da avaliação e da diferenciação intragrupal, resulta na maior derrogação do membro desviante do endogrupo, de acordo com o modelo de dinâmica de grupo subjectiva (Marques & Páez, 1994) e reforçam a crença numa identidade social positiva. Relacionamos este modelo com a identidade social dos grupos dominados e dominantes, da perspectiva dos grupos agregado *vs.* colecção (Lorenzi-Cioldi, 1998, 2002), que se baseia, respectivamente, na assimilação do indivíduo com o endogrupo ou na identidade pessoal dos seus membros. Relacionamos, a legitimação da distintividade positiva do endogrupo que ocorre ao nível intergrupar, no modelo de dinâmica de grupo subjectiva (Marques, Abrams, Páez & Hogg, 2001) com as diferentes modalidades de pertença a grupos de diferente estatuto (Lorenzi-Cioldi, 2002). Estabelecemos também a relação entre a interdependência entre o Eu e o endogrupo, da dinâmica de grupos subjectiva (Marques et al., 2001), ao nível intragrupal, com as características de despersonalização ou de individualidade dos grupos agregado *vs.* colecção (Lorenzi-Cioldi, 1998, 2002).

Ao conjugar a perspectiva dos grupos agregado *vs.* colecção com a dinâmica de grupo subjectiva, será importante compreender como reagem os grupos com diferente estatuto ou poder, perante membros normativos e desviantes de diferentes grupos. No capítulo seguinte, reportamos o nosso estudo experimental sobre assimetrias de poder intergrupar e percepções de desvio intragrupal.

Capítulo IV:

Efeito das Assimetrias de Poder Intergrupar sobre as Avaliações do Desvio Intragrupar

Nos capítulos anteriores, apresentámos diversas perspectivas sobre questões associadas às pertenças sociais dos indivíduos, ao poder e ao estatuto relacionados com essas pertenças, e às percepções e reacções ao desvio. Como referimos no Capítulo I, com as teorias da identidade social e da auto-categorização, Tajfel e os seus discípulos (Tajfel, 1978; Turner et al., 1987) salientaram o papel da categorização social, enquanto processo, através do qual os indivíduos assimilam as suas categorias de pertença que passam a definir o auto-conceito, construindo as suas identidades sociais (Tajfel & Turner, 1986). No Capítulo II, referimos o impacto atribuído por Lorenzi-Cioldi (por ex, 2002) às assimetrias de estatuto e de poder, existentes entre as categorias com as quais os indivíduos se identificam nas suas percepções, acerca dessas categorias e na definição da sua identidade. Para Chatard, Lorenzi-Cioldi & Buschini (2006), a ideologia meritocrática serve para legitimar a posição superior adquirida pelos grupos dominantes na sociedade, levando os indivíduos a subvalorizar o grupo e a salientar a identidade pessoal dos seus membros. A justificação da pertença a um grupo dominante, através do mérito dos seus membros, pode constituir uma estratégia para legitimar as vantagens e os privilégios advindos da pertença a esse grupo (Lorenzi-Cioldi, 2002). Desta estratégia podem decorrer diferentes percepções dos grupos e dos seus membros, em função do estatuto desses grupos (Lorenzi-Cioldi, 2002). O grupo é percebido como mais homogéneo, nos grupos de baixo estatuto, do que nos grupos de elevado estatuto, tanto pelos membros do endogrupo, como do exogrupo (Lorenzi-Cioldi, 2002).

Com base nestas ideias, parece-nos legítimo pensar que o estatuto grupal poderá estar relacionado com a percepção e com a respectiva atitude dos grupos para com os membros desviantes desses grupos. À luz do modelo da dinâmica de grupos subjectiva, Marques, Abrams, Páez & Taboada (1998) defendem que os julgamentos dos membros do endogrupo podem ser um resultado da auto-categorização, quando não se salientam membros prescritivamente desviantes. Desta forma, gerar-se uma diferenciação positiva do endogrupo. O modelo de dinâmica de grupo subjectiva (Marques & Páez, 1994; Marques, Abrams, Páez & Hogg, 2001) assume a diferenciação intragrupal, enquanto benefício para o grupo, em vez de diminuir a distintividade. De facto, o efeito ovelha negra (Marques, Yzerbyt & Leyens, 1988) indica que os membros normativos do endogrupo tendem a derrogar os membros desviantes que ameaçam a coesão interna do seu grupo, como forma de protecção da identidade social ou como estratégia cognitiva de mudança social (Marques & Páez, 1994). No entanto, estes autores atribuem a este fenómeno a função de reforço das crenças na legitimidade das normas que sustêm a percepção de uma identidade social positivamente diferenciada.

Hipóteses Gerais e Breve Apresentação do Estudo

Com base nas ideias que sintetizamos acima, podemos tentar compreender como reagem os membros de grupos com diferente estatuto, ou poder, perante membros normativos e desviantes do endogrupo ou do exogrupo. Prevemos que o membro desviante seja alvo de uma maior atenção e derrogação no contexto de um grupo dominado, no que de um grupo dominante, já que no primeiro grupo os indivíduos se percebem como fortemente semelhantes e, portanto, intermutáveis e interdependentes, para a validação da sua identidade. Um desviante representará, assim, uma ameaça mais forte à identidade, no caso de um grupo

dominado, do que no caso de um grupo dominante, em que a percepção da individualidade dos seus membros cria uma diferenciação entre os membros desviantes e os restantes membros do grupo. Podemos, pois, esperar que os membros de um grupo dominado derroguem um membro desviante do endogrupo, que represente uma ameaça ao grupo agregado e homogéneo, mais do que os membros de um grupo dominante.

No estudo que reportamos em seguida, manipulámos o estatuto, comunicando os resultados de um falso teste colectivo, correspondentes às funções de dirigir outras turmas (estatuto Dominante) ou de executar as ordens dessa turma (estatuto Dominado). Ao receber a informação do resultado do teste, os participantes foram subdivididos em duas condições. Na condição Mérito, o resultado tinha dependido do seu desempenho na tarefa e na condição Sorte, como não tinha havido diferenças em termos de desempenho entre as turmas, o seu estatuto de dominantes ou dominados tinha sido tirado “à sorte”. Finalmente, foi manipulada a desejabilidade social dos alvos e dos seus grupos de pertença, com base no visionamento de um filme com os supostos resultados de um alvo “anónimo”, numa tarefa previamente realizada por cada participante.

Prevemos que, de uma forma geral, o membro normativo seja avaliado de forma mais positiva do que o membro desviante. O membro normativo deverá ser avaliado mais favoravelmente pelos indivíduos de estatuto dominante, do que pelos indivíduos de estatuto dominado. Na condição mérito, os membros desviantes do endogrupo e do exogrupo deverão ser avaliados de forma igualmente negativa, e os membros normativos do endogrupo e do exogrupo, de forma igualmente positiva. Na condição sorte, os membros normativos do endogrupo e do exogrupo deverão ser avaliados de forma igualmente positiva, e os membros desviantes do endogrupo e do exogrupo, de forma igualmente negativa. No entanto, na condição dominado, o membro desviante do endogrupo poderá ser avaliado de forma menos negativa do que o membro desviante do

exogrupo, mas o membro normativo do endogrupo poderá ser avaliado de forma menos positiva do que o membro normativo do exogrupo.

Método

Participantes

Cinquenta e nove estudantes do sexo feminino e 52 do sexo masculino ($N = 111$), com idades compreendidas entre os 10 e os 12 anos, participaram voluntariamente no estudo, com o consentimento dos encarregados de educação. Os participantes foram distribuídos equitativamente por condição, em função do sexo.

Plano experimental

O plano do estudo é um 2 (Critério: Mérito *vs.* Sorte) x 2 (Grupo-Alvo: Endogrupo *vs.* Exogrupo) x 2 (Estatuto: Dominado *vs.* Dominante) x 2 (Membro-Alvo: Desejável *vs.* Indesejável). Critério, Grupo-Alvo e Estatuto são factores inter-sujeitos, e Membro-Alvo é um factor intra-sujeitos.

Procedimento

O estudo decorreu em três sessões. Na 1ª sessão, o estudo foi apresentado como tendo o objectivo de ajudar a escola dos participantes a escolher a turma mais apta para a realização de umas “Olimpíadas sobre diversas áreas do conhecimento”.

Manipulação do Estatuto. Os participantes começaram por realizar uma tarefa colectiva ou seja, um falso Teste da Capacidade de Resolução de

Problemas, baseado em quebra-cabeças e enigmas, adaptados de Sloane e MacHale (1998; ver Anexo I). Os participantes foram informados que, de acordo com os resultados obtidos e com o tempo de execução do teste, realizado colectivamente, a turma obteria a função de dirigir outras turmas ou de executar as ordens dessa turma. Esta informação justifica a posterior manipulação do factor Dominante *vs.* Dominado no plano experimental. Os participantes foram informados que a comunicação dos resultados teria lugar na sessão seguinte.

Manipulação do Estatuto. Na segunda sessão, dois dias mais tarde, os participantes foram informados da solução da tarefa executada na primeira sessão. Para isso, receberam um falso *feedback* acerca do resultado colectivo, obtido no Teste de Capacidade de Resolução de Problemas e, com base neste *feedback*, foram categorizados em dois grupos: tipo chefiante *vs.* tipo executante, que correspondem, respectivamente, às condições Grupo Dominante e Grupo Dominado (Anexo II).

Manipulação do Mérito vs. Sorte. Os participantes foram ainda subdivididos em duas condições, em função da informação recebida acerca dos critérios determinantes do seu estatuto de dominante ou dominado. Assim, os participantes, na condição Mérito, foram informados, ao receber a informação do resultado do teste, que este resultado tinha dependido do seu desempenho na tarefa. Os participantes da condição Sorte, por seu lado, foram informados de que não tinha havido diferenças em termos de desempenho entre as turmas que realizaram a tarefa e, assim, “que o seu estatuto de dominantes ou dominados tinha sido tirado ‘à sorte’”.

Manipulação da Desejabilidade Social e do Grupo de Pertença dos Alvos. No final da segunda sessão, os participantes começaram por efectuar uma tarefa individual, que consistia na inclusão de uma moeda num copo de vidro (Figura 2) que se encontrava fora do seu alcance visual (Figura 3). Para tal, cada participante dispunha de cinco tentativas e devia basear-se nas instruções que lhe

eram dadas por dois colegas. Esta tarefa serviu de pretexto para a manipulação da desejabilidade social dos membros-alvo (Normativo, Desviante), na terceira sessão do estudo.



Figura 2. Pormenor da tarefa individual, copos de vidro e moedas.



Figura 3. Esquema da tarefa individual realizada pelos participantes, no final da segunda sessão, para manipulação da desejabilidade social e do grupo de pertença dos alvos (colegas).

Na terceira sessão, cinco dias após a segunda, foi manipulada a desejabilidade social dos alvos e os seus grupos de pertença com base nos supostos resultados de um alvo “anónimo”, na tarefa individual que fora realizada no final da segunda sessão. Os participantes viram um filme, no qual dois alunos não identificados davam instruções a um terceiro suposto participante, que devia executar a tarefa de inclusão da moeda no copo de vidro, à semelhança da tarefa que os próprios participantes haviam executado na segunda sessão. Um desses alunos (Membro Normativo) dava instruções que mostravam a sua intenção de auxiliar o suposto participante a realizar a tarefa com sucesso, enquanto o outro (Membro Desviante) fornecia intencionalmente instruções que induziam o suposto participante em erro, levando-o, assim, a fracassar na tarefa (Figura 4 e filme disponível em CD-R, no anexo V).



Figura 4. Imagem do filme para manipulação da desejabilidade social dos alvos.

Um aspecto importante a salientar é que, no início do filme, era tornado claro aos participantes que o objectivo da tarefa era o de competir com a turma rival e, assim, que o sucesso do suposto participante reverteria favoravelmente para a turma no seu todo.

Medidas Dependentes

Recolhemos diferentes medidas dependentes em cada uma das sessões do estudo. Essas medidas dependentes prendem-se com a identificação dos participantes com o endogrupo em dois momentos do estudo e com a avaliação dos alvos normativo e desviante.

Primeira medida de identificação social. Na 1ª sessão, imediatamente a seguir ao suposto Teste de Capacidade de Resolução de Problemas, foram recolhidas individualmente medidas de identificação com a turma:¹ “Gosto da minha turma”, “Sou parecido com os meus colegas de turma”, “Sinto-me unido aos colegas da minha turma”, “A minha turma é importante para mim”, “Eu e os meus colegas de turma gostamos das mesmas coisas”, “Se a minha turma ganhar um jogo fico contente com isso”. Os participantes deviam responder a cada uma destas questões através de uma escala em 7 pontos (1 = “discordo completamente”; 7 = “concordo completamente”).

A escala composta por estes 6 itens revelou-se internamente consistente (*alfa de Cronbach* = .79). Assim, construímos uma escala-soma (*identificação*

¹ Optamos por eliminar as variáveis “Sinto-me bem quando estou com os colegas”, “Tive sorte em estar nesta turma”, “Se pudesse, mudava para outra turma”, “A minha turma é a melhor”, “Os meus colegas de turma são simpáticos”, “Eu e os meus colegas de turma pensamos da mesma maneira” de identificação pré-manipulação, pois são susceptíveis de interpretação ambígua. Além disso, recodificámos o item “Se pudesse mudava de turma”, invertendo os graus da escala, de modo a que este se correlacionasse positivamente com os restantes itens da escala.

social), ponderada pelo número de itens da escala, com um valor máximo de 7 (= identificação forte) e um valor mínimo de 1 (= identificação fraca).

Avaliação dos alvos. Após o visionamento do filme, os participantes deram a sua opinião sobre os dois membros-alvo, designados por “Pessoa A” (alvo desviante) e “Pessoa B” (alvo normativo;²; Anexo IV): “A pessoa A[B] é boa”, “Gosto da pessoa A[B]”, “A pessoa A[B] é boa colega”, “Posso confiar na pessoa A[B]”, “Prefiro os colegas que são como a pessoa A[B]”, “Gostava de jogar com a pessoa A[B]”, “Posso emprestar as minhas coisas à pessoa A[B]”, “Os meus amigos são parecidos com a pessoa A[B]”, “Gostava de ir de férias com a pessoa A[B]”, “Gostava de ser amigo de A[B]”, “Penso que a pessoa A[B] é simpática”, “Penso que a pessoa A[B] é de confiança”, “Penso que a pessoa A[B] é bondosa”, “Penso que a pessoa A[B] é invejosa”, “Penso que a pessoa A[B] é mentirosa”, “Penso que a pessoa A[B] é inteligente”, “Penso que a pessoa A[B] é amável”. As respostas foram dadas numa escala de 7 pontos (1 = “discordo completamente”; 7 = “concordo completamente”).

Segunda medida de identificação social. No final da terceira sessão, os participantes responderam individualmente a um questionário de identificação social, apresentado como um instrumento de validação das respostas dadas na primeira sessão (Anexo III). A resposta a este questionário tinha supostamente o objectivo de avaliar o grau de “satisfação” com a decisão tomada acerca do estatuto do endogrupo: “Na minha opinião o teste acertou no tipo de capacidade de resolução de problemas da minha turma”, “O que li sobre o tipo de capacidade da minha turma coincide comigo”, “Gosto de pertencer a uma turma que tem este tipo de capacidade”, “Gostava que a minha turma pertencesse ao outro tipo de capacidade”, “O tipo de capacidade da minha turma tem mais vantagens”, “O

² Substituímos os valores ausentes em 4 sujeitos, pela média dessas variáveis nas respectivas condições.

tipo de capacidade da outra turma tem mais vantagens”, “Prefiro continuar na minha turma com este tipo de capacidade”, “Preferia mudar para a turma que tem outro tipo de capacidade”. As respostas foram dadas numa escala de 7 pontos (1 = “discordo completamente”; 7 = “concordo completamente”).

Resultados e Discussão

Medidas de Validação das Manipulações

Identificação social. Para confirmação da equivalência dos sujeitos, através das condições em relação à identificação com a própria turma, efectuámos uma análise de variância Critério x Grupo-Alvo x Estatuto sobre a escala de identificação social. Esta análise revelou um efeito tendencialmente significativo de Critério x Grupo-Alvo ($F_{1,110} = 3.29, p = .073$). Os restantes efeitos não se revelaram significativos (todos os $F_{1,110} < 2.68, ns$). Os participantes identificam-se com as suas respectivas turmas, $M = 5.55, DP = 1.01$, tal como revela um teste t de *student*, em relação ao ponto médio da escala de resposta (4), $t_{110} = 16.065, p < .001$.³

Concordância com os resultados do teste. Uma análise de variância Critério x Estatuto x Grupo-Alvo, realizada sobre os *scores* das respostas dos participantes à questão de saber se concordavam com os resultados do teste fictício de capacidade de resolução de problemas, revelou efeitos significativos

³ A decomposição da interacção Critério x Grupo-Alvo, em função do factor Critério, revela que não existem diferenças significativas entre as médias de identificação das condições Endogrupo e Exogrupo, nem dentro da condição Mérito, nem dentro da condição Sorte (ambos os $F_{1,108} < 1$). Se decomposermos a interacção em função do factor Grupo-Alvo, também não encontramos diferenças significativas entre as médias das condições Mérito e Sorte, nem dentro da condição Endogrupo, ($F_{1,108} = 2.32, ns$), nem dentro da condição Exogrupo, ($F_{1,108} < 1$).

de Critério, de Estatuto, e de Critério x Grupo-Alvo (respectivamente, $F_{1,110} = 3.88, p = .052$, $F_{1,110} = 14.79, p < .001$, e $F_{1,110} = 3.77, p = .055$). O efeito de Critério revela que os participantes da condição Mérito concordam mais com os resultados do teste do que os da condição Sorte (respectivamente, $M = 5.33, DP = 1.50$ e $M = 4.81, DP = 1.43$). O efeito de Estatuto revela uma maior concordância dos participantes de estatuto dominante do que dos de estatuto dominado (respectivamente, $M = 5.55, DP = 1.35$ e $M = 4.57, DP = 1.46$). Estes resultados revelam que os sujeitos consideram que os resultados do teste são mais assertivos quando estes são atribuídos ao mérito e não à sorte, assim como, quando o estatuto é dominante e não dominado.

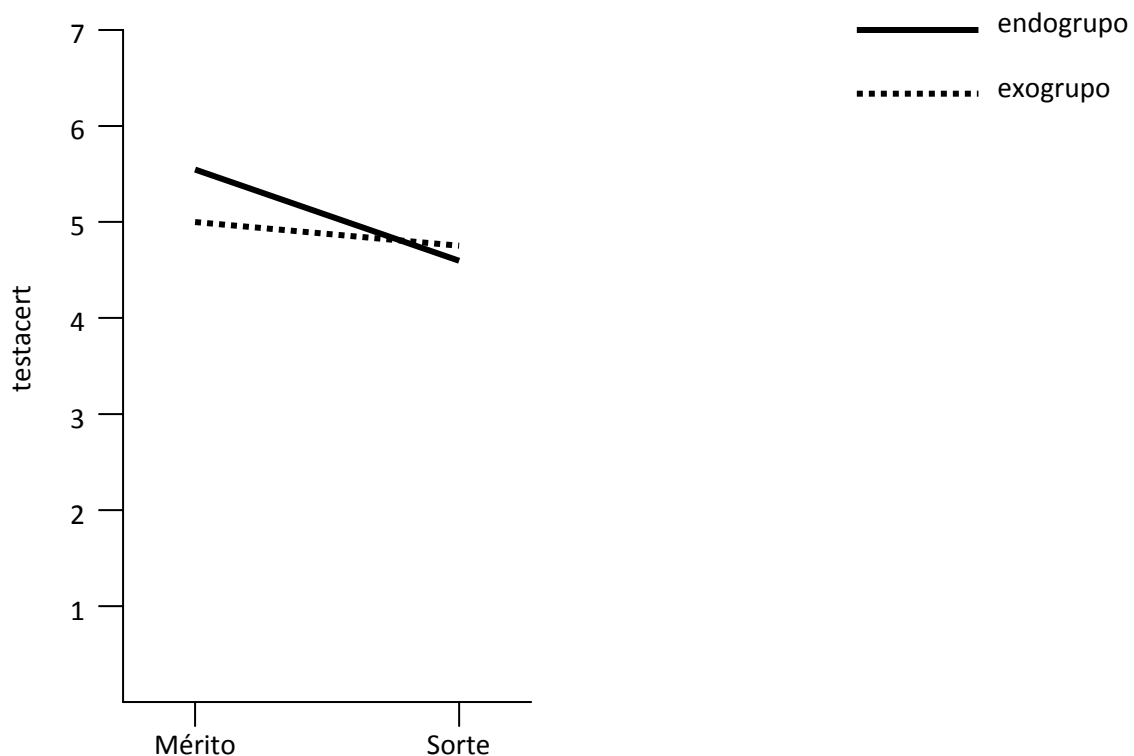


Figura 5. Coincidência entre o resultado do teste em função do critério usado para a atribuição de um estatuto aos grupos e do grupo-alvo.

A interacção Critério x Grupo-Alvo revela que, dentro da condição Endogrupo, os participantes da condição Mérito ($M = 5.69$, $DP = 1.49$) concordam significativamente mais com os resultados do teste, do que os participantes da condição Sorte ($M = 4.70$, $DP = 1.49$; $F_{1,108} = 6.42$, $p = .013$), não havendo diferenças nos participantes da condição exogrupo (respectivamente $M = 4.96$, $DP = 1.45$ e $M = 4.90$, $DP = 1.40$; $F_{1,108} < 1$). Para além disso, o efeito de Grupo-alvo na condição Mérito é apenas tendencialmente significativo, $F_{1,108}=3.54$, $p=0.063$, e não-significativo na condição Sorte, $F_{1,108}<1$. Estes resultados revelam que os sujeitos consideram que os resultados do teste são mais assertivos quando atribuídos ao mérito e quando o grupo alvo é o endogrupo.

Coincidência entre o resultado do teste e as características da turma.
Realizámos uma análise idêntica às anteriores sobre a questão relativa à coincidência entre o tipo de capacidade da turma do participante e os resultados obtidos no teste. Esta análise revelou efeitos significativos de Critério, Estatuto, e Critério x Estatuto (respectivamente, $F_{1,110} = 4.85$, $p = .030$; $F_{1,110} = 17.10$, $p < .001$, e $F_{1,110} = 5.61$, $p = .020$).

O efeito principal de Critério revela que os participantes da condição Mérito vêem uma maior coincidência entre a capacidade da turma e os seus próprios resultados no teste, do que os participantes da condição Sorte (respectivamente $M = 5.28$, $DP = 1.70$, e $M = 4.59$, $DP = 1.49$). O efeito de Estatuto revela que também os participantes da condição Dominante percebem maior coincidência entre os próprios resultados e os da sua turma, do que os participantes da condição Dominado (respectivamente, $M = 5.52$, $DP = 1.39$, e $M = 4.32$, $DP = 1.65$). Estes resultados revelam que os sujeitos consideram que o teste está mais de acordo com eles, quando os resultados são

atribuídos ao mérito e não à sorte, assim como, quando pertencem ao estatuto dominante e não dominado.

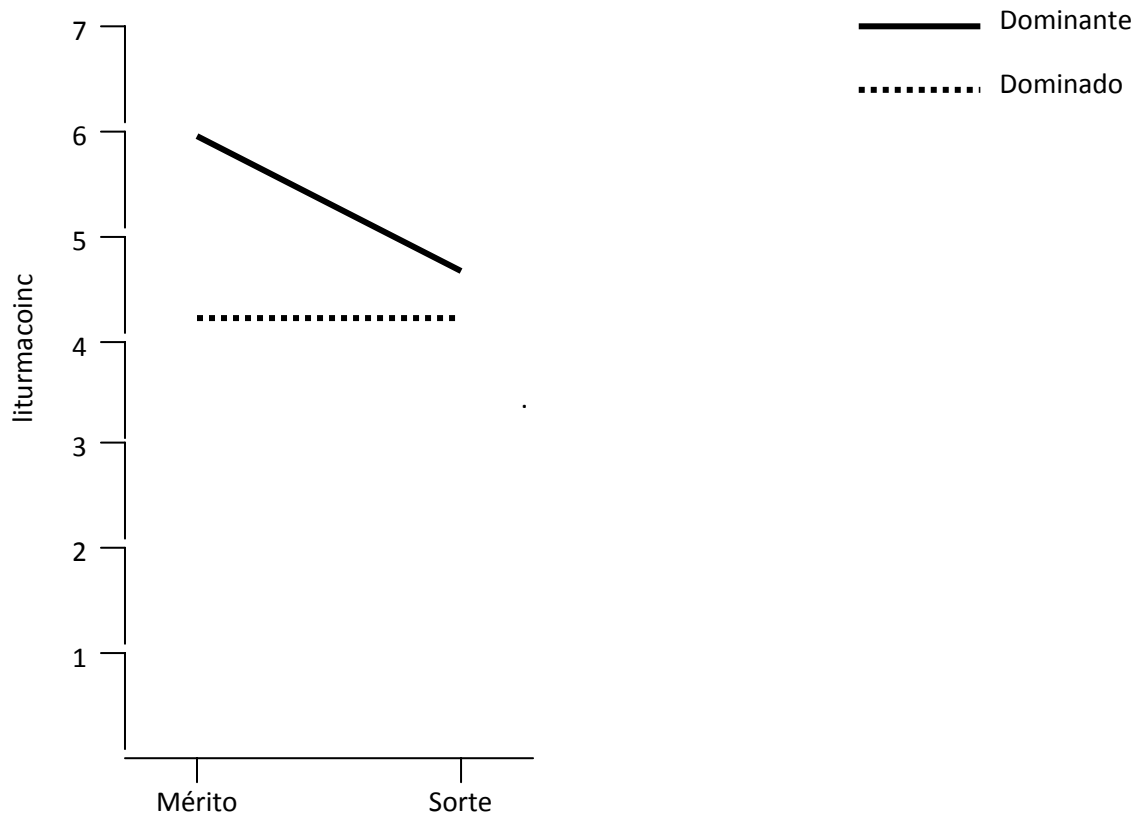


Figura 6. Coincidência entre o resultado do teste e as características da turma em função do estatuto usado para a atribuição de um estatuto aos grupos e do grupo-alvo.

A interação Critério x Estatuto revela que existe diferença de avaliação entre os participantes com estatuto dominante, que consideram que o teste coincide mais com eles, do que os participantes do estatuto dominado, na condição Mérito (respectivamente, $M = 6.13$, $DP = 1.20$ e $M = 4.33$, $DP = 1.69$; $F_{1,108} = 21.51$, $p < .001$). Pelo contrário, na condição Sorte, os participantes com estatuto dominante e dominado não apresentam diferenças estatisticamente

significativas (respectivamente, $M = 4.86$, $DP = 1.30$ e $M = 4.31$, $DP = 1.64$; $F_{1,108} = 1.67$, ns). Para além disso, dentro do estatuto dominante, os participantes da condição Mérito concordam significativamente mais com os resultados do teste, do que os participantes da condição Sorte, $F_{1,108} = 10.15$, $p = .002$, não havendo diferenças entre os participantes de estatuto dominado, $F_{1,108} < 1$. Os sujeitos que pertencem ao estatuto dominante e ao critério mérito consideram os resultados do teste mais coincidentes com eles.

Pertença à turma. Uma análise de variância Critério x Estatuto x Grupo-Alvo sobre os *scores* das respostas dos participantes à questão de saber se gostam de pertencer ao endogrupo e ao exogrupo (factor intra-sujeitos Grupo Avaliado), revelou efeitos significativos de Estatuto, de Grupo-Alvo, de Grupo Avaliado e de Estatuto x Grupo Avaliado (respectivamente, $F_{1,110} = 4.34$, $p = .040$; $F_{1,110} = 4.38$, $p < .39$; $F_{1,110} = 64.94$, $p = .000$; $F_{1,110} = 25.47$, $p = .000$).

O efeito de Estatuto revela apenas que os participantes do estatuto dominante têm *scores* superiores aos do estatuto dominado (respectivamente, $M = 4.78$, $DP = 1.34$ e $M = 4.31$, $DP = 1.11$). O efeito de Grupo-Alvo revela que os participantes da condição Endogrupo têm *scores* superiores aos participantes da condição Exogrupo (respectivamente, $M = 4.77$, $DP = 1.30$ e $M = 4.33$, $DP = 1.16$). Finalmente, o efeito principal do factor intra-sujeitos, Grupo Avaliado, revela que os participantes têm *scores* mais elevados na variável “Gosto de pertencer a uma turma que tem este tipo de capacidade” do que na variável “Gostava que a minha turma pertencesse ao outro tipo de capacidade” (respectivamente, $M = 5.74$, $DP = 1.64$ e $M = 3.33$, $DP = 2.41$).

Mais relevante para o assunto em estudo é a interacção Estatuto x Grupo Avaliado. Os participantes de estatuto dominante apresentam um *score* mais elevado para a variável “Gosto de pertencer a uma turma que tem este tipo de capacidade”, do que para os participantes de estatuto dominado (respectivamente

$M = 6.21$, $DP = 1.57$ e $M = 5.23$, $DP = 1.59$; $F_{1,109} = 10.72$, $p = .001$). Pelo contrário, os participantes do estatuto dominado apresentam um *score* mais elevado para a variável “Gostava que a turma pertencesse ao outro tipo de capacidade”, do que para o estatuto dominante (respectivamente $M = 4.34$, $DP = 2.44$ e $M = 2.41$, $DP = 2.00$; $F_{1,108} = 20.81$, $p < .001$).

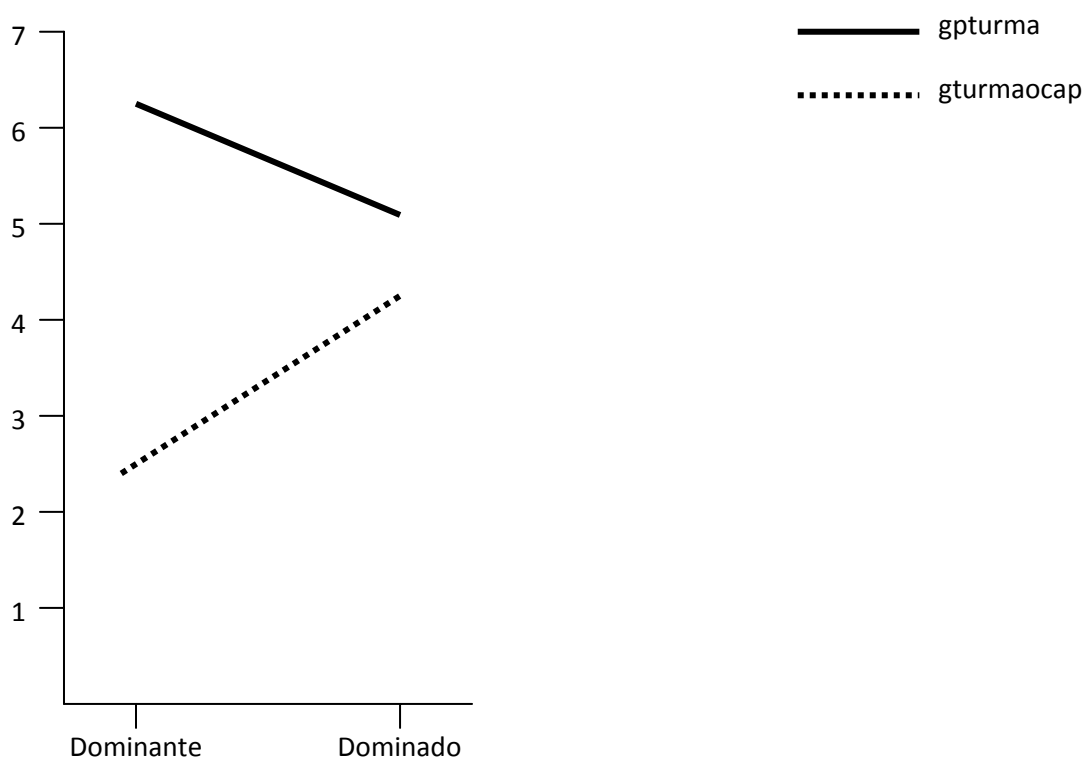


Figura 7. Coincidência da pertença à turma em função do estatuto.

Em suma, os participantes preferem pertencer à sua turma, quando o seu estatuto é dominante e prefeririam pertencer à outra turma quando têm um estatuto dominado. Note-se, no entanto, que, só na condição Dominante, existe diferença entre a preferência pela pertença ao grupo dominante e a preferência pela pertença ao grupo dominado (respectivamente, $M = 6.21$, $DP = 1.57$ e $M = 2.41$, $DP = 2.00$; $F_{1,109} = 91.20$, $p < .001$). Na condição Dominado, os

participantes não diferenciam a sua preferência por nenhum dos estatutos (respectivamente, $M = 5.23$, $DP = 1.59$ e $M = 4.34$, $DP = 2.44$; $F_{1,109} = 2.55$, ns). Estes resultados indicam que só quando pertencem ao estatuto dominante, os participantes gostam mais de pertencer a uma turma que tem este tipo de capacidade, do que a uma turma com outro tipo de capacidades (estatuto dominado).

Vantagens da pertença à turma. Uma análise de variância sobre os *scores* das respostas dos participantes às questões “O tipo de capacidade da minha turma tem mais vantagens” e “O tipo de capacidade da outra turma tem mais vantagens”, revelou efeitos significativos do factor intra-sujeitos Vantagens (própria turma vs. outra turma), Critério x Vantagens, Estatuto x Vantagens e de Critério x Estatuto x Vantagens (respectivamente, $F_{1,110} = 48.53$, $p < .001$; $F_{1,110} = 7.59$, $p = .007$, e $F_{1,110} = 21.29$, $p < .001$; $F_{1,110} = 7.20$, $p = .009$). O efeito de Vantagens revela que os participantes atribuem mais vantagens ao tipo de capacidade da outra turma do que ao tipo de capacidade da sua própria turma (respectivamente, $M = 5.25$, $DP = 1.63$ e $M = 3.31$, $DP = 1.85$).

Os participantes de critério mérito apresentam um valor estatisticamente mais elevado para a variável “O tipo de capacidade da minha turma tem mais vantagens”, do que para a variável “O tipo de capacidade da outra turma tem mais vantagens” (respectivamente $M = 5.54$, $DP = 1.59$ e $M = 2.91$, $DP = 1.79$; $F_{1,110} = 39.86$, $p < .001$). Do mesmo modo, os participantes da condição Sorte apresentam um valor mais elevado para a variável “O tipo de capacidade da minha turma tem mais vantagens”, do que para a variável “O tipo de capacidade da outra turma tem mais vantagens” (respectivamente $M = 4.94$, $DP = 1.63$ e $M = 3.72$, $DP = 1.84$; $F_{1,109} = 6.32$, $p = .013$).

A variável “O tipo de capacidade da outra turma tem mais vantagens” apresenta valores mais elevados para os participantes da condição Sorte do que

para os participantes da condição Mérito ($F_{1,109}=5.55, p=.020$). Em relação à variável “O tipo de capacidade da minha turma tem mais vantagens”, esta apresenta valores mais elevados para os participantes da condição Mérito, do que para os participantes da condição Sorte ($F_{1,109}=3.84, p=.053$). Estes resultados revelam que os sujeitos, quer da condição Mérito, quer da condição Sorte, atribuem sempre mais vantagens ao tipo de capacidade (estatuto) da própria turma do que ao da outra turma. No entanto, os participantes atribuem mais vantagens ao estatuto da sua turma na condição Mérito, do que da condição Sorte e atribuem menos vantagens ao estatuto da outra turma (exogrupo) na condição Mérito, do que na condição Sorte.

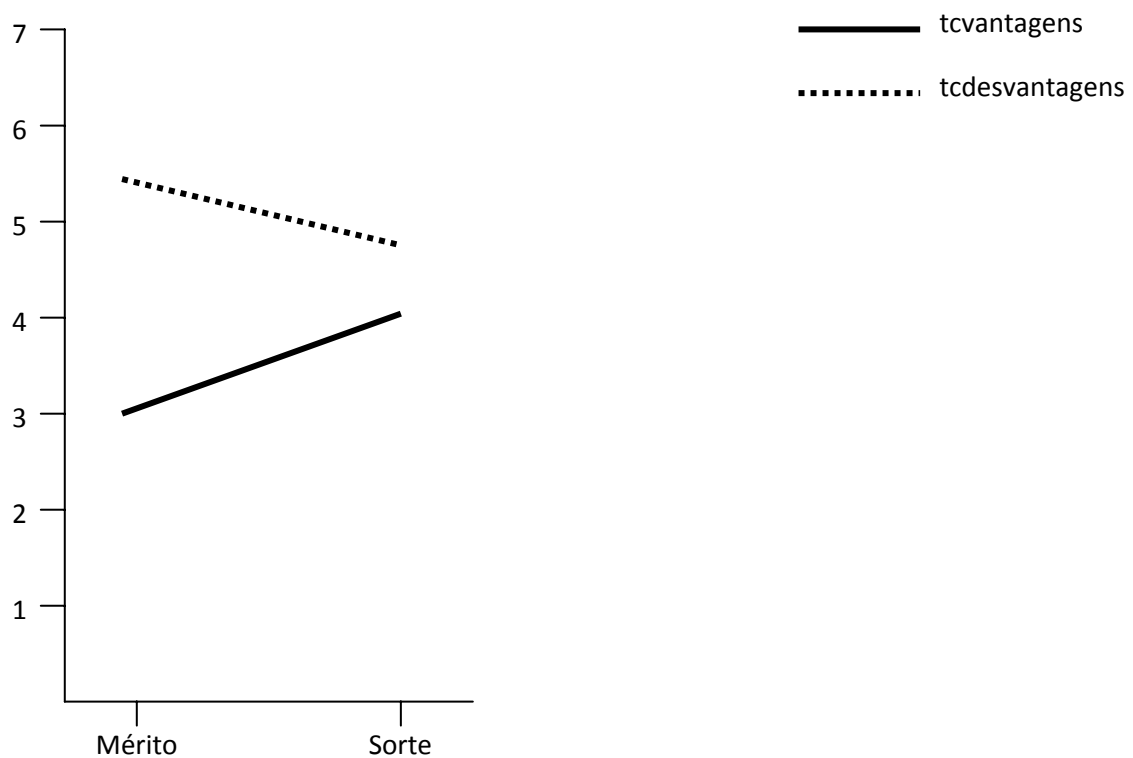


Figura 8. Coincidência das vantagens de pertença à turma em função do critério.

A interacção Estatuto x Vantagens revela que os participantes de estatuto dominante atribuem mais vantagens ao tipo de capacidade da própria turma

(estatuto dominante) do que da outra turma (estatuto dominado) (respectivamente $M = 5.74$, $DP = 1.45$ e $M = 2.69$, $DP = 1.59$; $F_{1,110} = 62.95$, $p < .001$). Embora o padrão de respostas seja semelhante no caso dos participantes de estatuto dominado, a diferença entre as vantagens atribuídas à própria turma (estatuto dominado) e à outra turma (estatuto dominante) é mais moderada (respectivamente, $M = 4.72$, $DP = 1.67$ e $M = 3.98$, $DP = 1.92$; $F_{1,108} = 2.17$, $p = .053$). Para além disso, com estes resultados conclui-se que os sujeitos de ambos os estatutos atribuem mais vantagens ao tipo de capacidade da própria turma do que ao da outra turma. Contudo, estes atribuem mais vantagens ao endogrupo no estatuto dominante, do que dominado e atribuem menos vantagens ao exogrupo no estatuto dominante, do que no estatuto dominado.

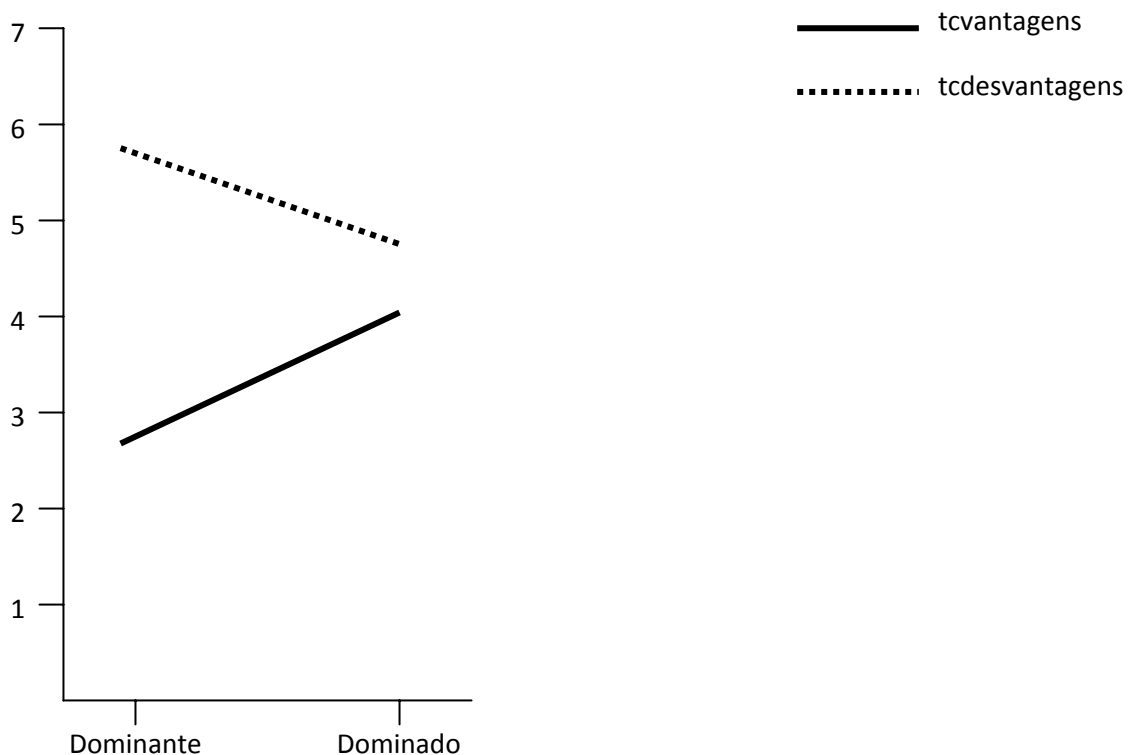


Figura 9. Coincidência das vantagens de pertença à turma em função do estatuto.

Para a variável “O tipo de capacidade da outra turma tem mais vantagens”, a interação Critério x Estatuto revela que existem diferenças de resultados significativas, entre os participantes do critério mérito dominantes e dominados (respectivamente, $M = 2.00$, $DP = 1.79$ e $M = 3.93$, $DP = 1.52$; $F_{1,108} = 18.78$, $p < .001$). Do mesmo modo, a variável “O tipo de capacidade da minha turma tem mais vantagens” revela que existem diferenças de resultados significativos, entre os participantes do critério mérito dominantes e dominados (respectivamente, $M = 6.43$, $DP = 1.04$ e $M = 4.56$, $DP = 1.53$; $F_{1,108} = 23.16$, $p < .001$). Concluimos, deste modo, que existem diferenças estatisticamente significativas entre as variáveis analisadas, para o critério mérito ($F_{1,108} = 27.28$, $p < .001$). O mesmo não se pode afirmar em relação às variáveis “O tipo de capacidade da outra turma tem mais vantagens” e “O tipo de capacidade da minha turma tem mais vantagens”, no critério sorte ($F_{1,108} < 1$).

Em suma, através destes resultados, pode-se salientar que, de uma forma geral, os sujeitos acham que o tipo de capacidade da própria turma tem mais vantagens do que estatuto do exogrupo. No entanto, a diferença das vantagens da própria turma e as da outra turma é maior, quando é devida ao mérito, do que quando é devida à sorte. Da mesma forma, as diferenças entre as vantagens da própria turma e as da outra turma são maiores quando os sujeitos são dominantes, do que quando são dominados. Além disso, quando os sujeitos são dominantes, devido ao mérito, as diferenças entre as vantagens da própria turma e da outra turma são maiores, do que em todos os outros casos, ou seja, os efeitos mencionados anteriormente são devidos à condição mérito e ao estatuto dominante.

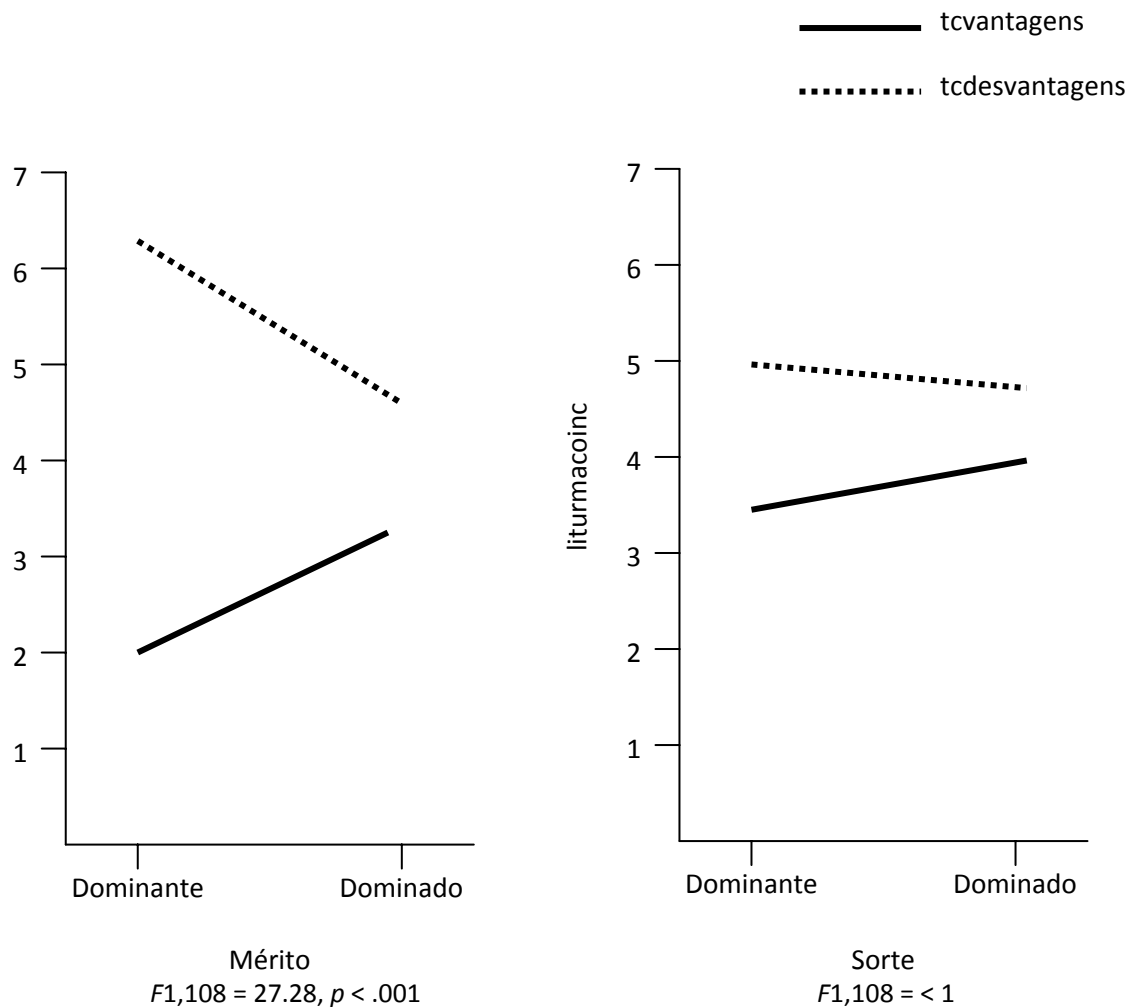


Figura 10. Coincidência das vantagens de pertença à turma em função do estatuto e do critério.

Preferência de turma. Uma análise de variância sobre os *scores* das respostas dos participantes às questões “Prefiro continuar na minha turma com este tipo de capacidade” e “Preferia mudar para a turma que tem outro tipo de capacidade” (factor intra-sujeitos Preferência), revelou efeitos significativos de Estatuto, de Preferência, de Critério x Preferência, Estatuto x Preferência, e de Critério x Estatuto x Preferência (respectivamente, $F_{1,110} = 6.04, p = .016$; $F_{1,110} = 615.15, p = .000$; $F_{1,110} = 5.31, p = .023$; $F_{1,110} = 16.36, p = .000$;

$F_{1,110} = 8.71, p = .004$). O efeito de Estatuto revela que o estatuto dominante apresenta valores mais elevados, do que o estatuto dominado (respectivamente, $M = 4.03, DP = 0.45$ e $M = 3.77, DP = 0.71$). O efeito de Preferência revela que a variável “Prefiro continuar na minha turma com este tipo de capacidade” apresenta valores mais elevados do que a variável “Preferia mudar para a turma que tem outro tipo de capacidade”, (respectivamente, $M = 6.31, DP = 1.26$ e $M = 1.51, DP = 1.24$).

A interacção Critério x Preferência revela que os participantes da condição Mérito apresentam um valor estatisticamente mais elevado para a variável “Prefiro continuar na minha turma com este tipo de capacidade”, do que para a variável “Preferia mudar para a turma que tem outro tipo de capacidade” (respectivamente $M = 6.56, DP = 0.80$ e $M = 1.39, DP = 1.05$; $F_{1,110} = 108.26, p < .001$). O mesmo se conclui para os participantes da condição Sorte que apresentam um valor estatisticamente mais elevado para a variável “Prefiro continuar na minha turma com este tipo de capacidade”, do que para a variável “Preferia mudar para a turma que tem outro tipo de capacidade” (respectivamente $M = 6.04, DP = 1.57$ e $M = 1.65, DP = 1.42$; $F_{1,110} = 56.15, p < .001$).

A variável “Prefiro continuar na minha turma com este tipo de capacidade” apresenta valores estatisticamente mais elevados para os participantes da condição Mérito, do que para os participantes da condição Sorte ($F_{1,109} = 5.01, p < .027$). Em relação à variável “Preferia mudar para a turma que tem outro tipo de capacidade” não há diferenças estatisticamente significativas, para os participantes do critério mérito e participantes do critério sorte ($F_{1,109} = 1.24, ns$). Estes resultados revelam que os sujeitos preferem continuar na própria turma, do que mudar de turma, mas esta preferência é mais forte na condição Mérito.

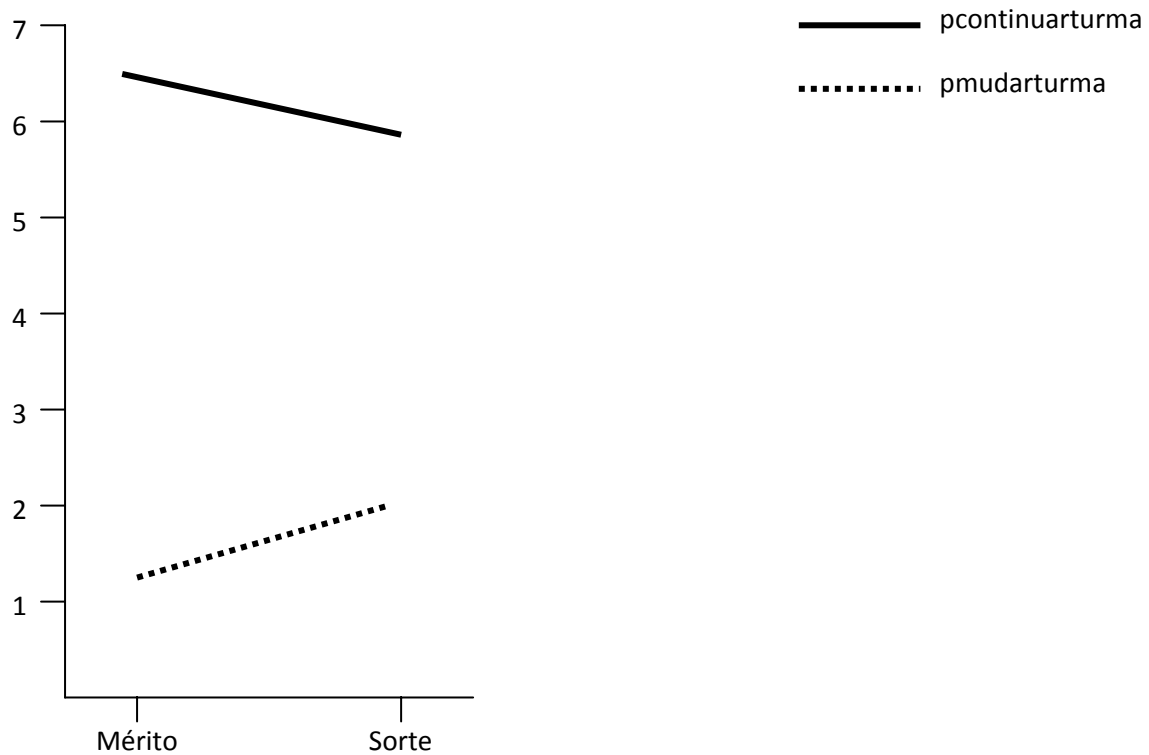


Figura 11. Coincidência da preferência de continuidade na turma em função do critério.

A interação Estatuto x Preferência revela que os participantes da condição Dominante apresentam um valor estatisticamente mais elevado para a variável “Prefiro continuar na minha turma com este tipo de capacidade”, do que para a variável “Preferia mudar para a turma que tem outro tipo de capacidade” (respectivamente $M = 6.78$, $DP = 0.62$ e $M = 1.29$, $DP = 1.01$; $F_{1,110} = 143.72$, $p < .001$). O mesmo se conclui para os participantes da condição Dominado que apresentam um valor estatisticamente mais elevado para a variável “Prefiro continuar na minha turma com este tipo de capacidade”, do que para a variável “Preferia mudar para a turma que tem outro tipo de capacidade” (respectivamente $M = 5.79$, $DP = 1.55$ e $M = 1.75$, $DP = 1.43$; $F_{1,110} = 42.93$, $p < .001$).

A variável “Prefiro continuar na minha turma com este tipo de capacidade” apresenta valores estatisticamente mais elevados para os participantes do estatuto dominante, do que para os participantes do estatuto dominado ($F_{1,109}=19.89, p < .001$). Em relação à variável “Preferia mudar para a turma que tem outro tipo de capacidade” o estatuto dominado apresenta valores estatisticamente significativos mais elevados do que o estatuto dominante ($F_{1,109} = 3.93, p = 0.05$). Estes resultados revelam que os sujeitos de ambos os estatutos preferem continuar na própria turma, mas esta preferência é mais forte nos participantes que têm o estatuto dominante.

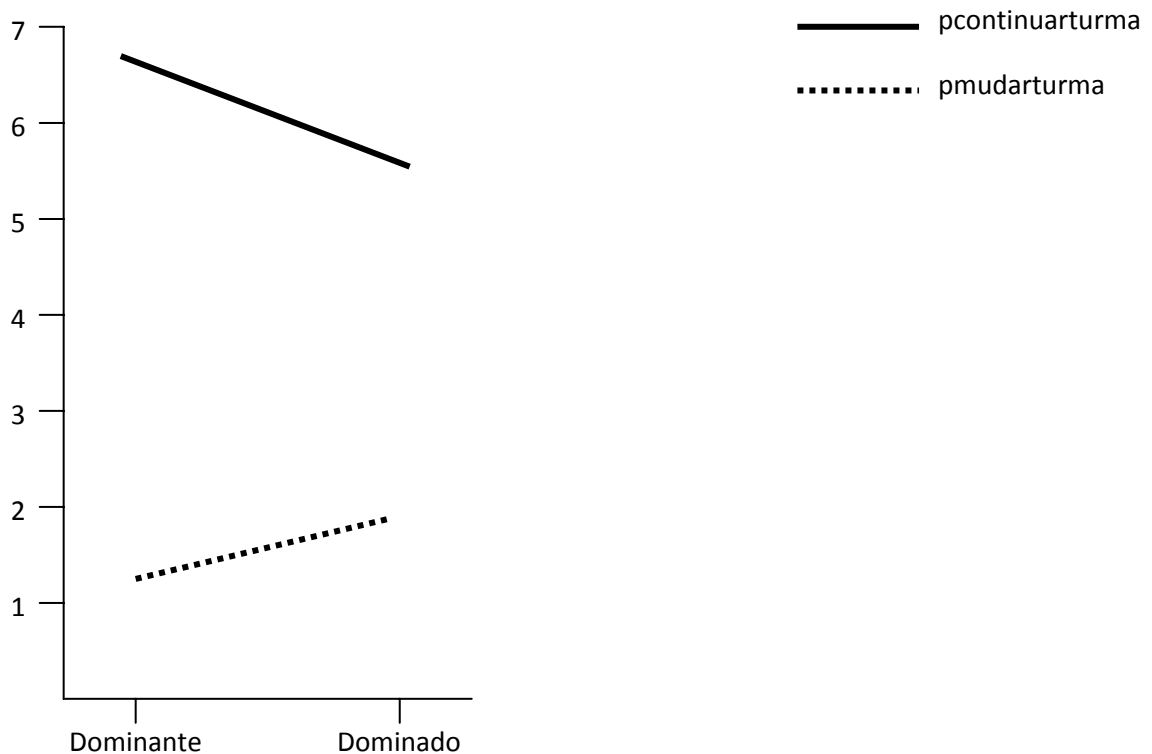


Figura 12. Coincidência da preferência de continuidade na turma em função do estatuto.

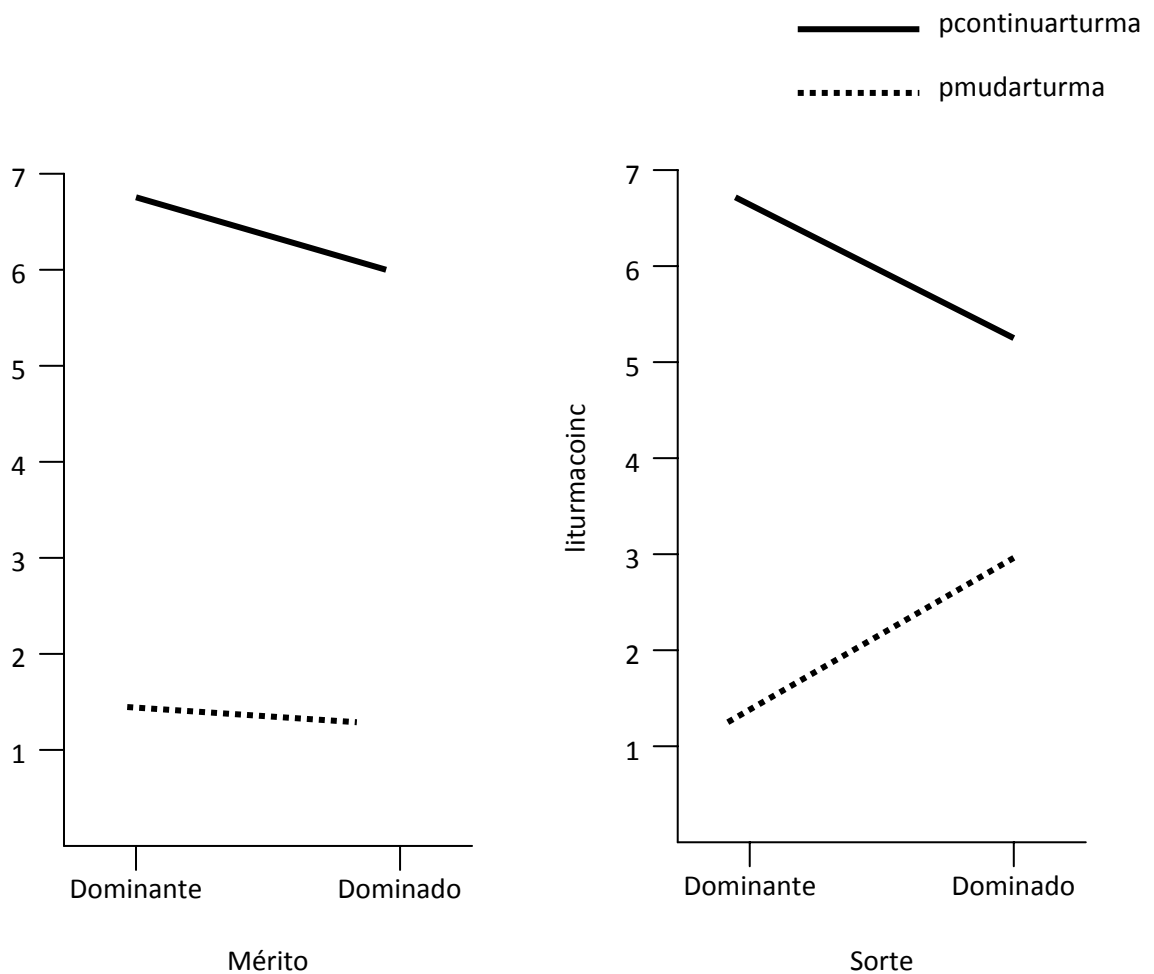


Figura 13. Coincidência da preferência de continuidade na turma em função do estatuto e do critério.

Finalmente, a interacção Critério x Estatuto x Preferência revela que, na condição Mérito, os participantes de estatuto dominante têm uma preferência mais forte por permanecer na própria turma do que os participantes de estatuto dominado (respectivamente, $M = 6.83$, $DP = 0.53$ e $M = 6.26$, $DP = 0.94$; $F_{1,108} = 3.90$, $p = 0.051$), mas não existem diferenças entre ambos os estatutos em relação à preferência por uma mudança de turma ($F_{1,108} < 1$). No caso dos participantes da condição Sorte, os de estatuto dominante preferem permanecer

na própria turma, mais do que os de estatuto dominado (respectivamente, $M = 6.71$, $DP = 0.71$ e $M = 5.31$, $DP = 1.26$; $F_{1,108} = 19.64$, $p = 0.001$) e preferem mudar de turma menos do que os de estatuto dominado (respectivamente, $M = 1.11$, $DP = 0.42$ e $M = 2.23$, $DP = 1.24$; $F_{1,108} = 11.82$, $p = 0.001$). Em suma, estes resultados permitem-nos concluir que todos os participantes preferem continuar na mesma turma. No entanto, na condição mérito, a preferência pela continuidade na turma é mais elevada no estatuto dominante do que no dominado. Na condição sorte, verifica-se a mesma tendência, embora os sujeitos dominados prefiram menos continuar na mesma turma, do que os sujeitos dominantes.

No geral, os resultados reportados até aqui revelam que as manipulações de Critério, Estatuto e Grupo-Alvo foram eficazes e correspondem aos critérios necessários para a verificação da nossa hipótese. Os participantes acreditam mais na fiabilidade do teste, quando os resultados são atribuídos ao Mérito. Concordam também mais com os resultados do teste quando têm um estatuto dominante e quando este estatuto pode ser atribuído ao mérito. Assim, sentem-se mais identificados com o endogrupo, ou seja, com a própria turma.

Destes resultados, salientamos um que já tem um interesse que ultrapassa a mera validade metodológica. Trata-se do facto de os participantes concordarem mais com o resultado quando este não é atribuído a um critério arbitrário, mas sim ao seu próprio mérito, e quando esse resultado lhes permite auferir um estatuto de dominância.

Estes resultados podem articular-se com um efeito de derrogação ou oposição individual face a fortes acções afirmativas, de forma a reforçar a pertença a um grupo minoritário. Os valores da meritocracia foram recentemente estudados (Chatard et al., 2006; Major et al. 2007), encontrando resultados que mostram que, a menor aprovação de valores de meritocracia conduz a um

julgamento mais favorável das acções fortemente afirmativas, mas diminui a favorabilidade das acções intermédias.

De uma forma geral, a oposição intensifica-se ao avaliar as características do endogrupo, em detrimento das características individuais (qualificações, competências, méritos). Assim, as crenças meritocráticas são frequentemente associadas à derrogação, justificando atitudes de oposição que vedam o acesso de grupos minoritários a tarefas dominantes.

Avaliação dos membros normativo e desviante. Efectuámos uma ANOVA Critério x Estatuto x Grupo x Membro sobre as validações dos membros normativo e desviante, na qual Critério, Estatuto e Grupo são factores inter-sujeitos e Membro é um factor intra-sujeito. Esta análise revelou efeitos significativos de Critério, Membro, Estatuto x Membro, Critério x Grupo x Membro, e Estatuto x Grupo x Membro (respectivamente, $F_{1,101} = 11.51, p = .001$, $F_{1,101} = 39.51, p < .001$, $F_{1,101} = 5.95, p = .016$, $F_{1,101} = 7.97, p = .006$, e $F_{1,101} = 5.20, p = .025$). O efeito Critério x Membro revelou-se tendencialmente significativo, $F_{1,101} = 3.15, p = .079$. Os restantes efeitos não se mostraram significativos ($F_{1,101}$ sempre $< 2.38, ns$).

Dado que a nossa hipótese contempla exclusivamente diferenças nas avaliações dos membros normativo e desviante, prestaremos apenas atenção aos efeitos que incluem o factor Membro. Assim, o efeito Membro revela que os participantes avaliaram o membro normativo de forma mais positiva do que o membro desviante (respectivamente, $M = 4.14, DP = 0.42$, e $M = 3.78, DP = 0.70$). No entanto, esta diferença é qualificada pelas interacções significativas Estatuto x Membro, Critério x Grupo x Membro, e Estatuto x Grupo x Membro.

Assim conclui-se que da avaliação dos membros normativo e desviante apenas o factor membro é estatisticamente significativo revelando que o membro normativo é avaliado de forma mais positiva do que o membro desviante pelos participantes

A interacção Estatuto x Membro revela que os participantes das condições Dominante e Dominado não se diferenciam na avaliação do membro desviante (respectivamente, $M = 1.92$, $DP = 1.50$ e $M = 2.34$, $DP = 1.14$; $F_{1,107} = 2.63$, $p = .108$), mas há uma tendência para que os participantes da condição Dominante avaliem o membro normativo mais favoravelmente do que os participantes da condição Dominado (respectivamente, $M = 6.03$, $DP = 1.46$ e $M = 5.51$, $DP = 1.49$; $F_{1,107} = 3.57$, $p = .062$).

		Critério			
		Mérito		Sorte	
	Grupo	Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo
Membro	Normativo	5.82	5.55	5.27	6.33
		(1.50)	(1.47)	(1.73)	(1.12)
	Desviante	2.36	2.75	2.10	1.36
		(1.62)	(1.51)	(1.04)	(0.63)

notas:

1. (1 = *avaliação extremamente negativa*; 7 = *avaliação extremamente positiva*)
2. Os desvios-padrão encontram-se assinalados entre parêntesis.

Quadro 1. Médias e desvios-padrão da avaliação em função do Critério, da Pertença Grupal e do Carácter Normativo ou Desviante dos Membros-Alvo.

A interacção Critério x Grupo x Membro revela que na condição Mérito, os participantes avaliam os membros desviantes do endogrupo e do exogrupo de forma igualmente negativa, e os membros normativos do endogrupo e do exogrupo de forma igualmente positiva. De facto, nesta condição a interacção Grupo x Membro não é significativa ($F_{1,106} < 1$). Já na condição Sorte essa mesma interacção é significativa ($F_{1,106} = 8.07$, $p = .005$): os participantes

avaliam o membro normativo do endogrupo menos positivamente do que o membro normativo do exogrupo ($F_{1,106} = 7.26, p = .008$), e o membro desviante do endogrupo menos negativamente do que o membro desviante do exogrupo ($F_{1,106} = 5.80, p = .018$).

Na condição sorte, os participantes avaliam o membro normativo menos positivamente no endogrupo do que no exogrupo. Para a mesma condição o membro desviante do endogrupo é avaliado menos negativamente do que do exogrupo.

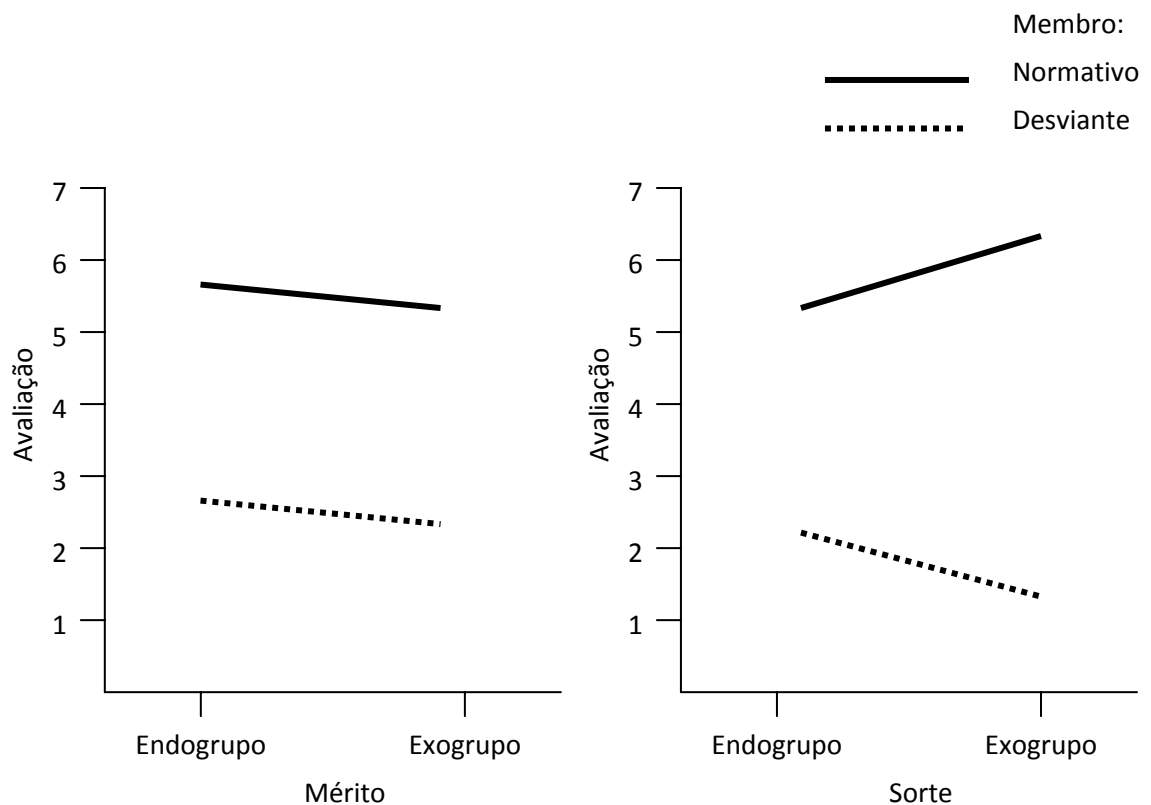


Figura 14. Efeito do Critério, do Grupo e do Carácter Normativo e Desviante dos Membros-Alvo nas suas Avaliações.

		Estatuto			
		Dominante		Dominado	
	Grupo	Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo
Membro	Normativo	6.09	5.97	4.98	5.95
		(1.63)	(1.32)	(1.40)	(1.44)
	Desviante	1.80	2.04	2.78	1.98
		(1.48)	(1.52)	(1.04)	(1.10)

notas:

1. (1 = *avaliação extremamente negativa*; 7 = *avaliação extremamente positiva*)
2. Os desvios-padrão encontram-se assinalados entre parêntesis.

Quadro 2. Médias e desvios-padrão da avaliação em função do Estatuto, da Pertença Grupal e do Carácter Normativo ou Desviante dos Membros-Alvo.

No estatuto dominado os participantes avaliam o membro normativo de forma menos positiva no endogrupo do que no exogrupo. Por outro lado o membro desviante é avaliado pelos participantes de forma menos negativa no endogrupo do que no exogrupo.

A interacção Estatuto x Grupo x Membro revela que na condição Dominante ($F_{1,106} < 1$), os participantes avaliam os membros normativos do endogrupo e do exogrupo de forma igualmente positiva, e os membros desviantes do endogrupo e do exogrupo de forma igualmente negativa. No entanto, na condição Dominado ($F_{1,106} = 5.36$, $p = .023$), o membro desviante do endogrupo é avaliado de forma menos negativa do que o membro desviante do exogrupo ($F_{1,106} = 4.02$, $p = .047$), mas o membro normativo do endogrupo é avaliado de forma menos positiva do que o membro normativo do exogrupo ($F_{1,106} = 4.70$, $p = .032$).

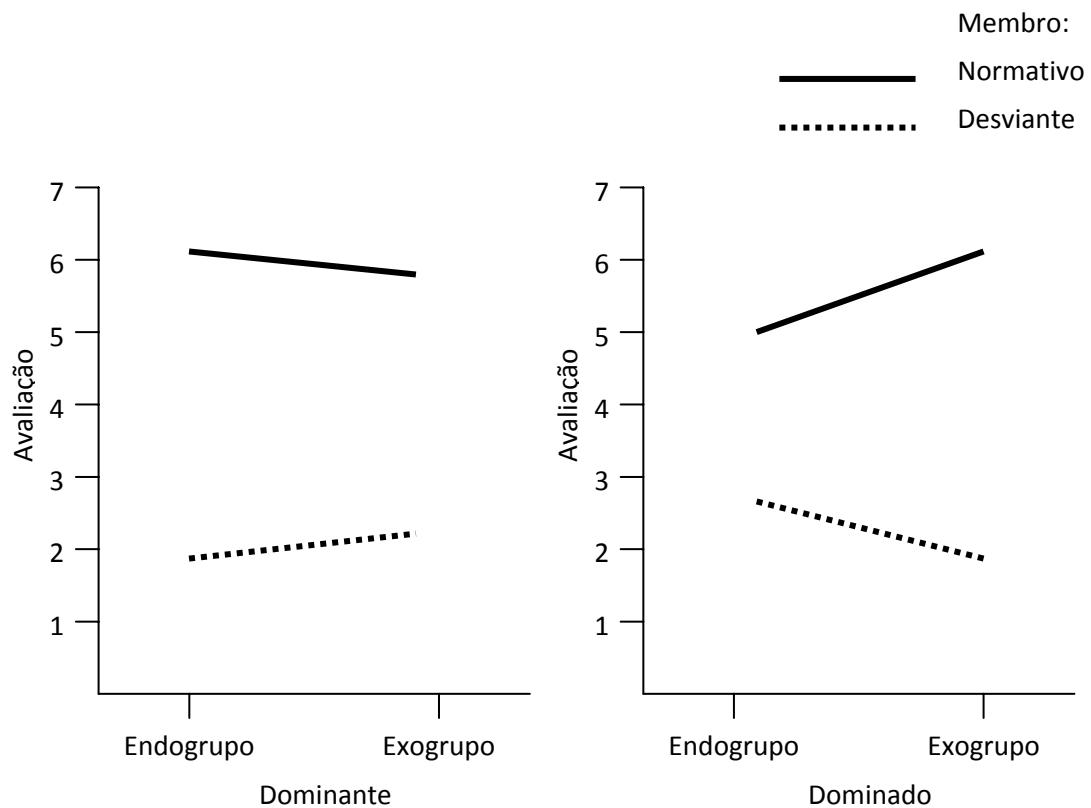


Figura 15. Efeito do estatuto, do Grupo e do Carácter Normativo e Desviante dos Membros-Alvo nas suas Avaliações.

Discussão Geral

Nas medidas de validação das manipulações da identificação social, os participantes identificam-se com as suas respectivas turmas. No que concerne à *Concordância com os resultados do teste* fictício de capacidade de resolução de problemas, os sujeitos consideram que os resultados do teste são mais assertivos, quando estes são atribuídos ao mérito e não à sorte, assim como, quando o estatuto é dominante e não dominado.

Dentro da condição endogrupo, os participantes da condição Mérito concordam significativamente mais com os resultados do teste, do que os participantes da condição Sorte, não havendo diferenças nos participantes da condição exogrupo. Para além disso, os sujeitos consideram que os resultados do teste são mais assertivos, quando atribuídos ao mérito e quando o grupo alvo é o endogrupo.

Quanto à *Coincidência entre o resultado do teste e as características da turma*, os sujeitos consideram que o teste está mais de acordo com eles, quando os resultados são atribuídos ao mérito e não à sorte, assim como, quando pertencem ao estatuto dominante e não dominado. Os resultados revelam-nos que os sujeitos que pertencem ao estatuto dominante e ao critério mérito consideram os resultados do teste mais coincidentes com eles.

Sobre a *Pertença à turma*, os participantes preferem pertencer à sua turma, quando o seu estatuto é dominante e prefeririam pertencer à outra turma quando têm um estatuto dominado. Só quando pertencem ao estatuto dominante, os participantes gostam mais de pertencer a uma turma que tem este tipo de capacidade, do que a uma turma com outro tipo de capacidades (estatuto dominado).

Sobre as *Vantagens da pertença à turma* salientamos que, de uma forma geral, os sujeitos acham que o tipo de capacidade da própria turma tem mais vantagens do que estatuto do exogrupo. No entanto, a diferença das vantagens da própria turma e as da outra turma é maior, quando é devida ao mérito, do que quando é devida à sorte. Da mesma forma, as diferenças entre as vantagens da própria turma e as da outra turma são maiores quando os sujeitos são dominantes, do que quando são dominados. Além disso, quando os sujeitos são dominantes, devido ao mérito, as diferenças entre as vantagens da própria turma e da outra turma são maiores, do que em todos os outros casos, ou seja, os efeitos

mencionados anteriormente são devidos à condição mérito e ao estatuto dominante.

Da análise da *Preferência de turma*, concluímos que todos os participantes preferem continuar na mesma turma. No entanto, na condição mérito, a preferência pela continuidade na turma é mais elevada no estatuto dominante do que no dominado. Na condição Sorte, verifica-se a mesma tendência, embora os sujeitos dominados prefiram menos continuar na mesma turma, do que os sujeitos dominantes.

Assim, os participantes acreditam mais na fiabilidade do teste, quando os resultados são atribuídos ao mérito. Concordam também mais com os resultados do teste quando têm um estatuto dominante e quando, este estatuto pode ser atribuído ao mérito. Assim, sentem-se mais identificados com o endogrupo, ou seja, com a própria turma, quando o resultado não é atribuído a um critério arbitrário, mas sim ao seu próprio mérito, e quando esse resultado lhes permite auferir um estatuto de dominância.

Na *Avaliação dos membros normativo e desviante*, apenas o factor Membro é estatisticamente significativo, revelando que o membro normativo é avaliado de forma mais positiva do que o membro desviante pelos participantes, mas há uma tendência para que os participantes da condição Dominante avaliem o membro normativo mais favoravelmente do que os participantes da condição Dominado. Na condição Mérito, os participantes avaliam os membros desviantes do endogrupo e do exogrupo de forma igualmente negativa, e os membros normativos do endogrupo e do exogrupo de forma igualmente positiva. Na condição Sorte, os participantes avaliam o membro normativo menos positivamente no endogrupo, do que no exogrupo. Para a mesma condição, o membro desviante do endogrupo é avaliado menos negativamente do que do exogrupo. No estatuto dominado, os participantes avaliam o membro normativo de forma menos positiva, no endogrupo, do que no exogrupo. Por outro lado, o

membro desviante é avaliado, pelos participantes, de forma menos negativa no endogrupo do que no exogrupo. Assim, os participantes avaliam os membros normativos do endogrupo e do exogrupo de forma igualmente positiva, e os membros desviantes do endogrupo e do exogrupo de forma igualmente negativa. No entanto, na condição Dominado, o membro desviante do endogrupo é avaliado de forma menos negativa do que o membro desviante do exogrupo, mas o membro normativo do endogrupo é avaliado de forma menos positiva do que o membro normativo do exogrupo.

Limitações do estudo e propostas de investigação

Embora as manipulações tenham sido eficazes e os resultados, ao encontro das nossas hipóteses, há alguns aspectos que poderão limitar o nosso estudo. Apesar da nossa preocupação de nivelar o género dos participantes, 59 sujeitos do sexo feminino e 52 do sexo masculino, desconhecemos se existe alguma influência na avaliação dos membros alvo, pelo facto de ambos serem do sexo feminino. Ao construirmos os itens dos instrumentos de avaliação dos alvos de forma sucinta e pouco extensa, tivemos em consideração a adequação à faixa etária em estudo e aos níveis de motivação para a tarefa, mas não tivemos oportunidade de testar, de forma alargada e menos transversal, a permanência e continuidade das reacções aos membros alvo.

No seguimento dos resultados encontrados e como via de estudo futura, seria interessante desenvolver outro estudo que procurasse descobrir se também os membros de um grupo dominante derrogam um membro desviante mas, enquanto estratégia de legitimação do seu estatuto. Tal resultado indicaria que, quer no grupo dominante, quer no grupo dominado, o desviante seria derrogado, mas por razões diferentes.

Capítulo V:

Conclusões Gerais

Na sua teoria da identidade social, Tajfel (1978) concebe a categorização social como um processo de compilação dos acontecimentos sociais relevantes de um grupo social, inserido em determinado contexto. Através deste processo, os indivíduos assimilam as categorias dos seus grupos de pertença, que passam a definir o auto-conceito, construindo as suas identidades sociais (Tajfel & Turner, 1986). A conclusão mais geral, e também mais fiável, que podemos extrair dos trabalhos realizados no contexto da abordagem da identificação social é a de que quando os indivíduos se identificam com os seus grupos de pertença, na maioria das situações avaliam mais positivamente os membros do endogrupo do que os membros do exogrupo. Existem, no entanto, excepções a esta regra. Uma dessas excepções é analisada pelo modelo de dinâmica de grupo subjectiva (Marques & Páez, 1994; Marques, Abrams, Páez & Hogg, 2001). Este modelo propõe que os indivíduos podem depreciar os membros do seu próprio grupo em relação aos membros do exogrupo quando aqueles membros apresentam características ou comportamentos que se desviam das normas do endogrupo. Essa depreciação serve para legitimar as crenças dos indivíduos na positividade geral do seu grupo, quando confrontados com o facto incontornável de que alguns membros desse grupo possuem características que o desvalorizam. Assim, o modelo da dinâmica de grupos subjectiva propõe que a diferenciação intragrupal, nomeadamente no seio do endogrupo, pode contribuir para beneficiar a imagem do grupo, em vez de diminuir a distintividade intergrupar. À luz deste modelo, o efeito ovelha negra (Marques, Yzerbyt & Leyens, 1988) indica que os membros normativos do endogrupo tendem a derrogar os membros desviantes que ameaçam a coesão

interna do seu grupo, como forma de protecção da identidade social ou como estratégia cognitiva de mudança social (Marques & Páez, 1994).

Parece-nos razoável afirmar que a identificação dos participantes com o grupo de pertença salienta a identificação com a própria turma, pelo simples facto de pertencer a esse grupo. Este aspecto pode ser relevante quando se considera a constituição de turmas escolares pois, de uma forma geral, os alunos identificam-se com as características da turma que lhes foi atribuída. Além disso, esta categorização resulta numa avaliação mais positiva dos alunos que respeitam as normas instituídas, do que dos que não as cumprem, o que nos indica uma capacidade de hetero-avaliação dos comportamentos dos colegas.

O estatuto e a percepção do desvio. Os indivíduos de um grupo com um estatuto superior avaliaram o membro normativo do seu grupo mais favoravelmente, do que os participantes de um grupo de estatuto inferior. Para além disso, no segundo caso, o membro desviante do endogrupo é avaliado de forma menos negativa, do que o membro desviante do exogrupo, mas o membro normativo do endogrupo é avaliado de forma menos positiva do que o membro normativo do exogrupo. Lorenzi-Cioldi (2002) refere o impacto atribuído às assimetrias de estatuto e de poder existentes entre as categorias com as quais os indivíduos se identificam nas suas percepções, acerca dessas categorias e da definição da sua identidade. A perspectiva dos grupos agregado vs. colecção (Lorenzi-Cioldi, 1998, 2002) defende que os grupos dominados, ou de estatuto inferior, são do tipo agregado, homogéneo e despersonalizado, pelo que a identidade social se baseia, entre outros processos, na assimilação do indivíduo com o endogrupo. Por outro lado, os grupos dominantes são constituídos por indivíduos diferenciados, heterogéneos e individualizados, sendo a identidade social fundamentada na identidade pessoal dos seus membros.

Pelos nossos resultados, podemos concluir que o aluno que respeite as normas é melhor avaliado pelos colegas da própria turma que possuem um

estatuto superior, do que pelos colegas que não detêm tão elevado poder. Para além disso, na condição Endogrupo Dominado, um aluno desviante do endogrupo é avaliado de forma menos negativa, do que um aluno desviante do exogrupo. Assim, entre um aluno da própria turma e um aluno de outra turma que não respeitem as normas, o primeiro é avaliado menos negativamente pelos alunos que têm um estatuto inferior. No entanto, um aluno que cumpre as normas é avaliado menos positivamente se pertencer à própria turma, do que se pertencer a outra turma. Estes resultados podem-nos ajudar a compreender as diferenças das relações sociais entre grupo de diferentes estatutos. Isto é, uma turma de elevado estatuto reconhece e atribui boas avaliações aos seus membros normativos e derroga os seus desviantes, o que nos sugere uma tentativa de manutenção do estatuto auferido. O mesmo não se verifica numa turma de baixo estatuto, onde o desviante endogrupal é avaliado menos negativamente do que o exogrupal. Numa situação de comportamento desviante de dois alunos de turmas com estatutos diferentes, a turma de baixo estatuto tende a alegar que o seu desviante procedeu mal mas, o da outra turma ainda procedeu pior, porque tem um estatuto superior, como se o baixo estatuto servisse de atenuante à responsabilização. Esta conclusão é corroborada também pela melhor avaliação de um aluno normativo de outra turma do que do aluno normativo do endogrupo dominado, almejando um estatuto superior.

A meritocracia e a percepção do desvio. Quando o estatuto relativo dos grupos é supostamente determinado pelas competências dos seus membros (mérito), os indivíduos avaliam os membros desviantes do endogrupo e do exogrupo de forma igualmente negativa, e os membros normativos do endogrupo e do exogrupo de forma igualmente positiva. No entanto, quando o estatuto dos grupos é definido de forma supostamente arbitrária (sorte), os indivíduos avaliam o membro normativo menos positivamente no endogrupo do que no exogrupo e o membro desviante menos negativamente no endogrupo do que do exogrupo.

Para Chatard, Lorenzi-Cioldi & Buschini (2006), a ideologia meritocrática serve para legitimar a posição superior adquirida pelos grupos dominantes na sociedade, levando os indivíduos a subvalorizar o grupo e a salientar a identidade pessoal dos seus membros. A justificação da pertença a um grupo dominante, através do mérito dos seus membros, pode constituir uma estratégia para legitimar as vantagens e os privilégios advindos da pertença a esse grupo (Lorenzi-Cioldi, 2002). Desta estratégia podem decorrer diferentes percepções dos grupos e dos seus membros, em função do estatuto desses grupos (Lorenzi-Cioldi, 2002). Assim, tal como já referimos, o grupo é percebido como mais homogéneo, nos grupos de baixo estatuto, do que nos grupos de elevado estatuto, tanto pelos membros do endogrupo, como do exogrupo (Lorenzi-Cioldi, 2002).

Com base nestas ideias e nos nossos resultados, pensamos que a meritocracia, relacionada com estatuto grupal, poderá estar relacionada com a percepção e com a respectiva atitude dos grupos para com os membros desviantes desses grupos. Como tal, pensamos que quando o estatuto de uma turma é devido às competências dos seus alunos, estes avaliam os alunos que não respeitam as regras de forma negativa, quer esses desviantes pertençam à sua turma, quer a outra turma. Além disso, os alunos que respeitam as normas são avaliados positivamente, quer pertençam ou não à sua turma. Por outro lado, se o estatuto de uma turma resultou da sorte e não do seu esforço ou da competência dos seus alunos, um aluno que cumpre as normas é avaliado de forma menos positiva se pertencer à própria turma, do que se pertencer a outra. Concluimos que, quando o estatuto de uma turma não é devido à competência pessoal dos seus alunos, estes avaliam menos negativamente um aluno que não respeita as normas, se este for colega de turma, do que se ele for um aluno de outra turma. Este aspecto indica-nos que uma turma que deve o seu estatuto a factores meramente arbitrários e alheios às competências dos seus membros tende a

desculpabilizar os seus desviantes, em detrimento dos alunos, também desviantes, de outras turmas.

Ao contextualizar o estudo realizado e as suas principais conclusões em ambiente escolar, algumas das considerações anteriores poderão ser úteis para compreender os complexos processos sociais que subjazem às relações intergrupais, entre as várias turmas e intragrupais, entre os alunos de um grupo-turma. Esperamos que esta dissertação possa contribuir para a compreensão de alguns processos grupais da psicologia social que influenciam as relações dos indivíduos em geral e especificamente no contexto educacional que contribui para o desenvolvimento integral do Homem, em sociedade.

Referências

- Abrams, D. & Hogg, M. A. (1990). *Social Identity Theory: Constructive and Critical Advances*. Nova Iorque. Harvester Wheatsheaf.
- Abrams, D., Marques, J. M., Hutchison, G. & Bown, N. (2004). *The maintenance of entitativity: A subjective group dynamics approach*. In V. Yzerbyt, V., C. Judd, & O. Corneille, (Eds.). *The psychology of group perception: Perceived variability, entitativity, and essentialism*, (pp. 361-379). Nova Iorque. Psychology Press.
- Chatard, A., Lorenzi-Cioldi, F. & Buschini, F. (2006) *Entre méritocratie et préjugés, la discrimination positive peut-elle se frayer un chemin?*. *Année Psychologique*, 106, 359-374.
- Deschamps, J.-C. & Clémence, A. (1987) *L'explication quotidienne: perspectives psychosociologiques*. Cousset. DelVal.
- Festinger, L. (1954). *A theory of social comparison processes*. *Human Relations*, 7, 117-140.
- Forsyth, D. (1990). *Group Dynamics*. California. Brooks Cole Publishing Company.
- Foster, M. & Ruby, I. (2006). *Responding to discrimination as a function of meritocracy beliefs and personal experiences: Testing the model of shattered assumptions*. In D. Abrams, & M. Hogg (Eds.). *Group processes and intergroup relations*, 9, 401-411.
- Hogg, M. A. (1992). *The social psychology of group cohesiveness: From attraction to social identity*. Londres. Harvester Wheatsheaf.
- Hogg, M. A. (2001). *The social identity theory of leadership*. *Personality and Social Psychology Review*, 5, 184-200.

- Hogg, M. A. & Abrams, D. (1988). *Social Identifications: A Social Psychology of Intergroup Relations and Group Processes*. Nova Iorque. Routledge.
- Hogg, M. A. & Abrams, D. (1990). Social motivation, self-esteem and social identity. In D. Abrams & M. A. Hogg (Eds.). *Social Identity Theory: Constructive and Critical Advances*. (pp. 28-47). Nova Iorque. Harvester Wheatsheaf.
- Hogg, M. A. & McGarty, C. (1990). *Self-categorization and social identity*. In D. Abrams & M. A. Hogg, (Eds.). *Social Identity Theory: Constructive and Critical Advances*. (pp.10-27). Nova Iorque. Harvester Wheatsheaf.
- Hogg, M. A. & Vaughan, G. M. (1988). *Social Psychology*. Londres. Prentice Hall Europe.
- Kaplan, L. D. & Kaplan C. (1997). *Democracy, meritocracy, and the cognitive elite: The real thesis of the bell curve*. Retrieved October 9, 2007, from Educational Theory, Vol. 47.3, Psychology and Behavioral Sciences Collection: <http://web.ebscohost.com/ehost/detail?vid=4&hid=9&sid=d453df6f-2796-4180-9756-f0046df93d1e%40SRCM1#toc>.
- Krauze, T. & Slomczynsky, K. (1985) *How far to meritocracy? Empirical tests of controversial thesis*. *Social Forces*, 63, 623-642.
- Levine, J. & Moreland, R. (2002). *Group reactions to loyalty and disloyalty*. In E. J. Lawler & S. R. Shane (Eds.) *Group cohesion, trust and solidarity*, (pp.203-228). Amsterdam . Elsevier Science.

- Levine, J., Moreland, R. & Hausmann, L. (2005). *Managing group composition: Inclusive and excessive role transitions*. In D. Abrams, M. A. Hogg & Marques (Eds.), *The social psychology of inclusion and exclusion*, (pp. 137-160). Nova Iorque. Psychology Press.
- Lewin, K. (1972). *Psychologie dynamique: les relations humaines*. Paris. Presses Universitaires de France.
- Linville, P. W., Fischer, G. W., & Salovey, P. (1989). *Perceived distributions of the characteristics of in-group and out-group members: Empirical evidence on the computer simulation*. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57, 165-188.
- Lorenzi-Cioldi, F. (1988). *Individus dominants et groupes dominés: images masculines et féminines*. Grenoble. Presses Universitaires de Grenoble.
- Lorenzi-Cioldi, F. (1998). *Group status and perceptions of homogeneity*. *European Review of Social Psychology*, 9, 31-73.
- Lorenzi-Cioldi, F. (2002). *Expériences sur les dominants et dominés*. Berna. Peter Lang SA.
- Lorenzi-Cioldi, F. & Doise, W. (1994) *Identité sociale et identité personnelle*. In Y. Bourhis & J. Leyes (Eds.). *Stéréotypes, discrimination et relations entre groupes*, (pp.69-96). Liège. Mardaga.
- Major, B., Kaiser, C., O'Brien, L. & McCoy, S. (2007) *Perceived discrimination as worldview threat or worldview confirmation: Implications for self-esteem*. Retrieved October 9, 2007, from *Journal of Personality and Social Psychology*, 92, 6, 1068-1086: <http://www.psychology.uwaterloo.ca/ugradprog/current/>

- Manstead, A. D. (2000). *The role of moral norms in the attitude-behavior relation*. In D. J. Terry & M. A. Hogg (Eds.), *Attitudes, behavior, and social context: The role of norms and group membership* (pp. 11-30). Hillsadel, New Jersey. Elrbaum.
- Marques, J. M. (1990). *The black sheep efect: outgroup homogeneity in social comparison settings*. In D. Abrams & M. A. Hogg (Eds.) *Social Identity Theory: Constructive and Critical Advances*, (pp. 131-151). Londres. Harvester Wheatsheaf.
- Marques, J. M., Abrams, D., Páez, D. & Hogg, M. (2001). *Social categorisation, social identification, and rejection of deviant group members*. In M. Hogg & R. Tindale (Eds.). *Blackwell handbook of social psychology* (Vol. 3, pp. 400-424). Oxford, UK. Blackwell.
- Marques, J. M., Abrams, D., Páez, D & Taboada, C. (1998). *The role of categorization and ingroup norms in judgements of groups and their members*. *Journal of Personality and Social psychology*, 75, 976-988.
- Marques, J. M., Abrams, D. & Serôdio, R. (2001). *Being better by being right: Subjective group dynamics and derogation of in-group deviants when generic norms are undermined*. *Journal of Personality and Social psychology*, 81, 3, 436-447.
- Marques, J. M., & Páez, D. (1994) *The black sheep effect: Social categorisation, rejection of ingroup deviantes, and perception of group variability*. In W. Stroebe & M. Hewstone (Eds.) *European Review of Social psychology*, 5, 37-68. Nova Iorque. Wiley.
- Marques, J. M. & Páez, D.(2004). *Processos Cognitivos e estereótipos sociais*. In M. B. Monteiro & J. Vala (Eds.) *Psicologia Social*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

- Marques, J. M., Páez, D. & Abrams, D. (1998). *Social identity and intragroup differentiation as subjective social control*. In S. Worchel, J.F.Morales, D. Páez & J.-C. Deschamps (Eds.) *Social Identity: International perspectives* (pp. 124-141). Nova Iorque. Sage.
- Marques, J. M., Robalo, M. & Rocha, S. A. (1992). *Ingroup bias and black sheep effect: assessing the impact of cognitive-motivacional and informational antecedents of judgment extremity towards ingroup members*. *European Journal of Social Psychology*, 22, 331-352.
- Marques, J. M., Yzerbyt, V. Y. & Leyens, J. (1988). *The black sheep effect: Jugmantal extremity towards ingroup members as a function of ingroup identification*. *European Journal of Social Psychology*, 18, 1-16.
- Monteiro, M. & Santos, M. (1995). *Psicologia*, 1.º Vol. Porto. Porto Editora.
- Monteiro, M. B: (2004). Conflito e negociação entre grupos. In M. B. Monteiro & J. Vala (Eds). *Psicologia Social* (pp. 411-456). Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Oakes, P. J., Haslam, S- A. & Turner, J. C. (1994). *Stereotyping and social reality*. Oxford, UK. Blackwell.
- Sloane, P. & MacHale, D. (1998). *O prazer da matemática: Grandes enigmas de pensamento lateral*. Lisboa. Gradiva.
- Stoetzel, J. (1963). *Psicologia Social*, (p.205). São Paulo. Companhia Editora Nacional.
- Tajfel, H. (1978). *Differentiation between social groups: studies in the social psychology intergroup relations*. London. Academic Press.

- Tajfel, H. (1984). *The Social Dimension – volume I*. New York. Cambridge University Press.
- Tajfel, H. (1984). *The Social Dimension – volume II*. New York. Cambridge University Press.
- Tajfel, H., Bilig, M. G., Bundy, R. P. & Flament, C. (1971). *Social categorization and intergroup behavior*. *European Journal of Social Psychology*, 1, 149-178.
- Tajfel, H. & Turner, J. C. (1986). *The social identity theory of intergroup behaviour*. In Worchel, S. & Austin, W.G. *Psychology of intergroup relations*. Chicago. Nelson-Hall.
- Terry, D. J., Hogg, M. A. & White, K. M. (2000). *Attitude-behavior relations: social identity and group membership*. In D.J. Terry & M. A. Hogg (Eds.), *Attitudes, behavior, and social context: The role of norms and group membership*, (pp. 67-93). New Jersey. Erlbaum.
- Turner, J. C., Hogg, M. A., Oakes, P. J., Reicher, S.D. & Wetherell, M. S. (1987). *Rediscovering the social group: A self-categorization theory*. Oxford. Blackwell.
- Weiner, B. (1986). *Attribution theory of emotion and motivation*. Nova Iorque, Springer-Verlag.

ANEXOS

ANEXO I: TESTE DE CAPACIDADE DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS (QUEBRA-CABEÇAS) PARA A CATEGORIZAÇÃO SOCIAL EM GRUPOS DOMINANTES E DOMINADOS

ANEXO I: INFORMAÇÃO GENÉRICA SOBRE CADA TIPO DE CAPACIDADE DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS (TIPO CHEFIANTE E TIPO EXECUTANTE) PARA MANIPULAÇÃO DO ESTATUTO

ANEXO II: QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO SOCIAL

ANEXO III: QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DOS SUJEITOS FILMADOS PARA AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES ENODOGRUPO E EXOGRUPO PARA MEMBROS NORMATIVOS E DESVIANTES.

ANEXO IV: CD-R – FILME PARA MANIPULAÇÃO DA DESEJABILIDADE SOCIAL DOS ALVOS

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

Universidade do Porto

Teste de Capacidade de Resolução de Problemas

(Quebra-Cabeças)

T.C.R.P.

(Solving Problems Capacity Tests ©)

J. Myers & C. Adamiev

Versão para Investigação

Neste estudo vocês devem responder ao Teste de Capacidade de Resolução de Problemas. Este teste foi criado por dois psicólogos muito conhecidos, para saber quais são os grupos que conseguem melhor resolver problemas.

As respostas da tua turma permitirão conhecer se vocês são um grupo chefante ou executante.

Na página seguinte, vocês vão encontrar alguns problemas e quebra-cabeças.

RESOLVAM ESSES PROBLEMAS O MAIS RAPIDAMENTE POSSÍVEL (TEMPO MÁXIMO 15 MINUTOS) E ANOTEM AS VOSSAS SOLUÇÕES.

ESTEJAM ATENTOS AO SINAL PARA VIRAR A PÁGINA E COMEÇAR!

Solving Problems Capacity Test ©

Recherche version

Problema 1:

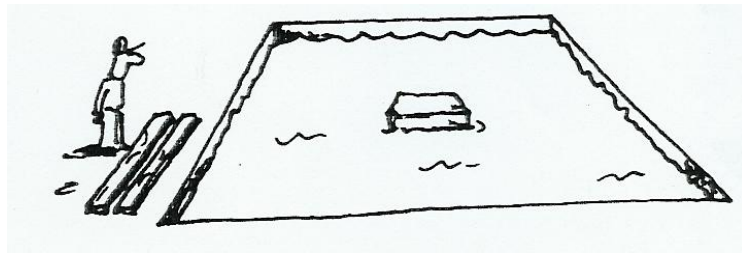
No meio do campo, num dia de sol, há uma zona de relva molhada, uma cenoura, um chapéu velho e dois pedaços de carvão. O que se passou?

Problema 2:

Um polícia viu um camionista a andar em sentido contrário por uma rua de sentido único, mas não o impediu. Porquê?

Problema 3:

Um homem pretende ir a uma ilha que fica no meio de um lago sem se molhar. A ilha dista 6 metros de cada extremidade do lago (ver diagrama) e ele só dispõe de duas tábuas de 5 metros de comprimento cada. Como irá o homem resolver o problema?



ESPEREM PELO SINAL PARA VIRAR ESTA PÁGINA.

INSTRUÇÕES:

LÊ COM ATENÇÃO E NÃO COMECES A RESPONDER SEM TERES A CERTEZA DE TERES PERCEBIDO BEM A MANEIRA DE RESPONDER.

Abaixo encontras algumas afirmações que podem ajudar a conhecer-te melhor.

Recorda que só o examinador terá conhecimento das tuas respostas.

Cada frase apresenta uma escala como esta:

☹️

--	--	--	--	--	--	--	--

 😊

Imagina que a frase era: **Eu gosto de ir à praia.**

☹️

--	--	--	--	--	--	--	--

 😊

Se gostasses mesmo muito de ir à praia, devias marcar uma cruz (X), assim:

☹️

						X	
--	--	--	--	--	--	---	--

 😊

Se, pelo contrário, não gostasses mesmo nada de ir à praia, devias marcar a cruz assim:

☹️

X							
---	--	--	--	--	--	--	--

 😊

Se não gostasses nem desgostasses de ir à praia, marcavas a tua cruz assim:

☹️

			X				
--	--	--	---	--	--	--	--

 😊

Ou seja, para cada frase tens 7 respostas possíveis, e deves escolher aquela que mais te agrada. Quanto mais estiveres de acordo com a frase, mais marcas a tua cruz para a direita, perto de ☺; quanto menos estiveres de acordo, mais marcas a tua cruz para a esquerda, perto de ☹.

ATENÇÃO: Só podes marcar uma cruz em cada escala;

Marca a cruz bem dentro de cada quadrado e não em cima das linhas;

Não te esqueças de marcar uma cruz em todas as frases;

Para teres a certeza de que percebeste, responde a esta frase:

Hoje está bom tempo.

☹

--	--	--	--	--	--	--

 ☺

NÃO VIRES ESTA PÁGINA, ANTES DE TE SER DADO SINAL PARA ISSO.

Gosto da minha turma.

 ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ 

Sinto-me bem quando estou com os colegas da minha turma.

 ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ 

Tive sorte em estar nesta turma.

 ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ 

Sou parecido com os meus colegas de turma.

 ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ 

Se a minha turma ganhar um jogo, fico contente com isso.

 ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ 

Sinto-me unido aos colegas da minha turma.

 ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ 

A minha turma é importante para mim.

 ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ 

Se pudesse, mudava para outra turma.

☹️ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☺️

A minha turma é a melhor.

☹️ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☺️

Os meus colegas de turma são simpáticos.

☹️ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☺️

Eu e os meus colegas de turma pensamos da mesma maneira.

☹️ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☺️

Eu e os meus colegas de turma gostamos das mesmas coisas.

☹️ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☺️

NÃO VIRES ESTA PÁGINA, ANTES DE TE SER DADO SINAL PARA ISSO.

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

Universidade do Porto

Teste de Capacidade de Resolução de Problemas

(Quebra-Cabeças)

T.C.R.P.

(Solving Problems Capacity Tests ©)

J. Myers & C. Adamiev

Versão para Investigação

**Cria um código pessoal baseado em letras, números ou símbolos,
que só tu conheças.**

Escreve o teu código pessoal no espaço seguinte:

NÃO ESCRIVAS NADA A PARTIR DAQUI. OBRIGADO.

Espaço reservado ao cálculo da pontuação

Protocolo nº _____

Data (dia/mês/ano): __/__/____

Cotação:

1 – 2	3 - 4	5 - 6	7 - 8	9 - 10	11 -	13 -	15 -	17 -	19 -
					12	14	16	18	20

O codificador:

O verificador:

Informações Pessoais:

A tua pontuação no teste é de ____.

Este valor indica que em termos de capacidade de resolução de problemas a vossa turma pertence ao:

TIPO CHEFIANTE / TIPO EXECUTANTE

(Riscar o que não interessa)

OBRIGADO POR RESPONDERES AO TESTE DE CAPACIDADE DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS.

O teste encontra dois tipos de capacidade de resolução de problemas: o **TIPO CHEFIANTE** e o **TIPO EXECUTANTE**.

Uma turma que pertence ao **TIPO CHEFIANTE** é composta por alunos que conseguem orientar bem os outros, que têm jeito para mandar e que conseguem fazer com que os outros realizem bem o trabalho que devem fazer.

Uma turma que pertence ao **TIPO EXECUTANTE** é composta por alunos que conseguem cumprir bem as ordens dos outros, que conseguem realizar bem o trabalho que os outros lhes mandam fazer.

VALIDAÇÃO DAS RESPOSTAS DADAS NA 1.ª SESSÃO

Antes de responderes às questões seguintes, escreve no rectângulo o teu tipo de capacidade de resolução de problemas:

PERTENÇO AO TIPO

Coloca só 1 cruz mais próxima de ☺ se concordas ou, mais próxima de ☹ se não concordas com as frases seguintes:

Na minha opinião o teste acertou no tipo de capacidade de resolução de problemas da minha turma.



--	--	--	--	--	--	--



O que li sobre o tipo de capacidade da minha turma coincide comigo.



--	--	--	--	--	--	--



Gosto de pertencer a uma turma que tem este tipo de capacidade.



--	--	--	--	--	--	--



Gostava que a minha turma pertencesse ao outro tipo de capacidade.



--	--	--	--	--	--	--



O tipo de capacidade da minha turma tem mais vantagens.

☹️

--	--	--	--	--	--	--

 ☺️

O tipo de capacidade da outra turma tem mais vantagens.

☹️

--	--	--	--	--	--	--

 ☺️

Prefiro continuar na minha turma com este tipo de capacidade.

☹️

--	--	--	--	--	--	--


 ☺️

Preferia mudar para a turma que tem outro tipo de capacidade.


☹️

--	--	--	--	--	--	--

 ☺️



--	--	--	--	--	--	--



A pessoa A é boa colega.



--	--	--	--	--	--	--



A pessoa B é boa colega.



--	--	--	--	--	--	--



Posso confiar na pessoa A.



--	--	--	--	--	--	--



Posso confiar na pessoa B.



--	--	--	--	--	--	--



Prefiro os colegas que são como a pessoa A.



--	--	--	--	--	--	--



Prefiro os colegas que são como a pessoa B.



--	--	--	--	--	--	--



Gostava de jogar com a pessoa A.



--	--	--	--	--	--	--





--	--	--	--	--	--	--





--	--	--	--	--	--	--





--	--	--	--	--	--	--





--	--	--	--	--	--	--



[illegible]

Preferia ser amigo de A.



--	--	--	--	--	--	--



Preferia ser amigo de B.



--	--	--	--	--	--	--



Penso que a pessoa A é simpática.



--	--	--	--	--	--	--



Penso que a pessoa B é simpática.



--	--	--	--	--	--	--



Penso que a pessoa A é de confiança.



--	--	--	--	--	--	--



Penso que a pessoa B é de confiança.




--	--	--	--	--	--	--




Penso que a pessoa A é bondosa.




--	--	--	--	--	--	--





--	--	--	--	--	--	--





--	--	--	--	--	--	--





--	--	--	--	--	--	--



--	--	--	--	--	--	--



--	--	--	--	--	--	--





--	--	--	--	--	--	--



Penso que a pessoa A é amável.

☹️ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☺️

Penso que a pessoa B é amável.

☹️ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☺️

OBRIGADO PELAS RESPOSTAS!

ANEXO V